

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS
EM OPERAÇÕES DE PAZ E
HUMANITÁRIAS: O
CONTRIBUTO DA CPLP**

Jacy Barbosa Junior
COR Comunicações - Brasil

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Junho de 2019

Como citar esta publicação

Junior, J. B. (2019). *O emprego das Forças Armadas em operações de paz e humanitárias: O contributo da CLPL*. Coleção “ARES”, 28. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Comandante

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-chefe

Major-general Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Soldado Rui Miguel da Silva Porteiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/colecao-ares

Pré-Impressão e Distribuição

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54546-1-7

Depósito Legal: 457992/19

Tiragem: 250 exemplares

© Instituto Universitário Militar, 2019

Nota do Editor:

O texto do presente volume é da exclusiva responsabilidade do seu autor.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ix
PRÓLOGO	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	1
1. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CENÁRIO ATUAL	9
1.1. O CENÁRIO DE CONFLITOS E TENSÕES NO MUNDO ATUAL	10
1.1.1. Zona de Tensões e Conflito Europa	14
1.1.2. Zona de Tensões e Conflito África	16
1.1.3. Zona de Tensões e Conflito América Latina	24
1.1.4. Zona de Tensões e Conflito do Sudeste Asiático	26
1.1.5. Síntese Conclusiva	27
1.2. CPLP NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	29
1.2.1. Representatividade em Organizações Internacionais	29
1.2.2. A CPLP na ONU	32
1.2.3. A CPLP noutras Organizações Internacionais	35
1.3. SÍNTESE CONCLUSIVA	40
2. A DEFESA NA CPLP – ESTRUTURA E PREPARAÇÃO PARA ATUAR EM OPERAÇÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS	43
2.1. POLÍTICAS DE DEFESA DOS PAÍSES-MEMBROS	43
2.2. O DOMÍNIO DA DEFESA DA CPLP	45
2.2.1. A Estrutura de Defesa dos países da CPLP	45
2.2.2. A Cooperação em Defesa	48
2.2.2.1. Cooperações bilaterais	50
2.2.2.2. Cooperações multilaterais	50
2.3. A CAPACIDADE DA CPLP PARA ATUAR EM OPERAÇÕES de Paz e Humanitárias	52
2.3.1. Operações de Paz e Humanitárias	52
2.3.2. Os Exercícios “Felino”	54
2.4. SÍNTESE CONCLUSIVA	59
3. CONTRIBUTOS PARA O FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DA CPLP EM OPERAÇÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS	63
3.1. ESTUDO DE CASO	63

3.1.1.	Contextualização	64
3.1.2.	Razões do Sucesso	64
3.2.	UM MODELO PARA MISSÕES DE PAZ	67
3.3.	ANÁLISE DA CPLP FACE AO <i>FRAMEWORK</i> DE MELHORIA	69
3.3.1.	Mudança de Postura	69
3.3.2.	Aumento da Capacidade Militar	72
3.3.3.	Preparação Orientada para o Risco	75
3.3.4.	Aumento da Fiabilidade das Tropas Empregadas	77
3.4.	SÍNTESE CONCLUSIVA	79
4.	CONCLUSÕES	81
	BIBLIOGRAFIA	89
	ANEXOS	97
	APÊNDICES	99

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo – Conflitos em África - Evolução 1997-2006-2016	97
---	----

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice A – Lista de abreviatura, siglas e acrónimos	99
Apêndice B – Consolidação de Entrevistas	104

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Objetivos da Investigação	15
Figura 2 – Questão Central e Questões Derivadas	16
Figura 3 – CPLP e Comunidades Económicas Regionais que seus membros fazem parte	20
Figura 4 – Fragile States Index – 2007	23
Figura 5 – Fragile States Index – 2017	23
Figura 6 – União Europeia, Espaço Schengen e Candidatos a adesão à EU	26
Figura 7 – Crises Europeias – desemprego (<i>chômage</i>), refugiados (rotas nas linhas pontilhadas), naufragos mortos no Mediterrâneo, imigrantes bloqueados em fronteiras	26
Figura 8 – Missões das Nações Unidas em 2016	27

Figura 9 – Indicadores Demográficos da África em 2010 por região e previsão populacional para 2050	27
Figura 10 – Angola - Refugiados provenientes do Congo	28
Figura 11 – Localização Geográfica de Cabo Verde	29
Figura 12 – Guiné-Bissau – situação de refugiados na região	30
Figura 13 – Mapa Guiné Equatorial	31
Figura 14 – Refugiados de Moçambique no Malawi	32
Figura 15 – Entorno regional e Zona Económica Exclusiva - São Tomé e Príncipe	33
Figura 16 – Conflitos em África - Evolução 1997-2006-2016	34
Figura 17 – Nr de Conflitos Armados em África - 1960-2014 (por tipo e por milhão de pessoas)	34
Figura 18 – Conflitos e Tensões em América do Sul	35
Figura 19 – Índices de Instabilidade - situação Brasil - 2006-2017	36
Figura 20 – Colonização sudeste asiático	37
Figura 21 – Representatividade em Organizações Internacionais - cenário ideal x cenário real	41
Figura 22 – Efetivos de tropas Países CPLP – ONU	42
Figura 23 – Contribuição Percentual Países CPLP - Tropas ONU	43
Figura 24 – Missões da CSDP (por ano de início)	46
Figura 25 – Participação da União Africana em Operações d Paz	47
Figura 26 – ECOWAS - países participantes	48
Figura 27 – Participação dos países da CPLP em OI com estruturas de defesa	49
Figura 28 – <i>Framework</i> de Hofstede - Semelhanças Culturais (Guiné Equatorial e Timor Leste não possuem dados)	59
Figura 29 – Estrutura da FTCPLP – Felino 2010	67
Figura 30 – FTCC CPLP – Felino 2013	68
Figura 31 – Operações de Paz - Fatalidades por ano - 1948 a 2017	78
Figura 32 – <i>Framework</i> do Relatório <i>Improving Security Peacekeepers Project</i>	79
Figura 33 – Mudança de Postura	80
Figura 34 – Aumento da Capacidade Militar	83
Figura 35 – Modelos de partilha operacional	84
Figura 36 – Preparação Orientada para o Risco	86
Figura 37 – Aumento da Fiabilidade	88
Figura 38 – Consolidação Modelo de Análise e <i>Framework</i> de Melhoria	99

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de Análise	15
Quadro 2 – Efetivos Países CPLP - Tropas ONU	44
Quadro 3 – Gastos e efetivos militares dos países da CPLP.	56
Quadro 4 – Sede Exercícios Felino	65
Quadro 5 – Inovações e Contributos das Operações Felino 2005 - 2009	66
Quadro 6 – Inovações e Contributos Operações Felino 2010	67
Quadro 7 – Inovações e Contributos Operações Felino 2013	68
Quadro 8 – Inovações e Contributos Operações Felino 2015-2017	69
Quadro 9 – Modelo de Análise - Dimensão Militar 1/2	101
Quadro 10 – Modelo de Análise - Dimensão Militar 2/2	102
Quadro 11 – Modelo de Análise - Dimensão Político-Estratégica	103



AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a preciosa colaboração do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, do Ministério da Defesa Brasileiro, do Comando de Operações Terrestres brasileiro (COTER), do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), do Instituto Universitário Militar Português e de diversos camaradas que me proporcionaram os elementos de informação necessários, seja por meio de entrevistas, contactos por correio eletrónico ou pessoalmente.

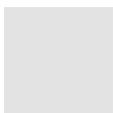
Gostaria de nomear o CMG Walter Marinho de Carvalho Sobrinho, chefe da Seção de Operações Complementares do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Brasileiras e o Exmo. Sr. Embaixador Brasileiro da CPLP Gonçalo Mello Mourão com especial voto de sincera gratidão pelo tempo dedicado a apoiar, discutir e contribuir diretamente com o trabalho.

Agradeço a minha irmã, Giovana, pela disponibilidade em ler, revisar e discutir as ideias comigo ao longo desta pesquisa.

Uma palavra especial de agradecimento ao Cor PILAV Rui Matos Tendeiro, orientador e companheiro, pela permanente disponibilidade e pelo apoio essencial e incondicional, auxiliando a investigação e contribuindo com esclarecidos e sólidos conhecimentos académicos e práticos para que este trabalho se tornasse realidade.

Por último, mas o mais relevante agradecimento a Márcia, minha esposa e às minhas filhas Mariana e Letícia, pela compreensão e apoio incondicional que possibilitaram a minha dedicação a este trabalho.

A todos, bem hajam!



PRÓLOGO

O final do século XX e a entrada neste novo século veio-nos mostrar um Mundo caracterizado por uma grande imprevisibilidade e volatilidade, onde a globalização pode desempenhar um papel catalisador na influência e propagação de muitas das ameaças denominadas como transnacionais, tais como as armas de destruição em massa, a pirataria, o terrorismo, o crime organizado ou mesmo o cibercrime. Concomitantemente, são ainda desafios de grande escala o acesso e usufruto dos recursos naturais existentes, tais como a água e fontes energéticas, as migrações em massa, que têm um impacto muito disruptivo na ordem social dos países que acolhem os milhares de migrantes e refugiados, ou as alterações climáticas e catástrofes naturais, com graves repercussões na futura sustentabilidade do planeta e que são suscetíveis de agravar situações de crise em regiões que já se encontram em patamares deficitários no que respeita à segurança alimentar.

O cenário supracitado impõe aos Estados e à Comunidade Internacional a adoção de medidas que visem, de forma precoce, mitigar as ameaças à estabilidade mundial e promover os valores e princípios que regem o direito internacional. Dentro das inúmeras Organizações Internacionais existentes que podem protagonizar ações concretas neste âmbito, encontra-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996 como fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus Estados-membros, e que agregou, em 2006, o domínio da Defesa nas suas valências, permitindo este facto consolidar e potenciar a sua ação na arena regional e internacional.

Feito este enquadramento, que estabelece a bitola e enfatiza a importância da temática deste trabalho de investigação, relevo que o autor, Coronel de Comunicações do Exército Brasileiro, Jacy Barbosa Junior, consegue efetuar uma narrativa muito clara e uma análise muito bem fundamentada sobre o “Emprego das Forças Armadas em operações de paz e humanitárias: o contributo da CPLP”. A sua experiência operacional, em duas missões no Haiti, de imposição da paz em 2004 e de manutenção da paz e ajuda humanitária em 2010, permitiram-lhe obter uma perceção muito clara da realidade associada a esta tipologia de operações, conseguindo identificar, no decurso da obra, as peculiaridades e dificuldades de cumprir a missão com um efetivo militar não necessariamente preparado para atuar nestes cenários.

Trata-se, na minha modesta opinião, de uma obra que identifica de uma forma muito assertiva quais as mais-valias que a CPLP tem trazido para a valorização operacional das Forças Armadas dos seus Estados-membros, permitindo o caminho trilhado pela investigação edificar um modelo de análise, usando por base um framework referencial, que possibilitou a identificação de contributos, lacunas e ações a desenvolver, dentro das potencialidades e limitações da comunidade, ao nível das dimensões militar e politico-estratégica.

Em conclusão, esta obra constitui, de per si, um importante contributo para que a CPLP possa ter uma voz ativa nos diversos fora internacionais, e ao mesmo tempo, possibilitar às nações que a constituem, o desenvolvimento de mecanismos que permitam melhorar a operacionalidade das suas Forças Armadas, acautelando que nesse processo se maximizam sinergias e se reduzem custos dos processos associados ao treino, certificação e participação dos seus militares nas operações de paz e humanitárias.

Leiria, 17 de julho de 2019
João Manuel Cardeiro Caldas
Coronel Piloto Aviador



RESUMO

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reúne países de quatro continentes, diferentes, assimétricos e com pesos estratégicos distintos. Partilham, no entanto, uma língua e valores comuns, que incentivam a cooperação e o trabalho conjunto. Isto pode tornar-se uma mais-valia no aumento da relevância individual e da comunidade no contexto internacional, agregando valor aos países.

No âmbito da defesa existem iniciativas deste trabalho conjunto, particularmente na capacitação de forças para atuar em operações de paz e humanitárias.

Dimensionar o alinhamento destas iniciativas com o interesse nacional dos países-membros e o contributo efetivo que elas vêm a trazer para as forças armadas dos países da CPLP não é simples. Por este motivo, procurou-se modelar fatores objetivos da eficiência desejada nestes tipos de operações para enquadrar as ações já em curso, os contributos isolados de alguns dos países e as iniciativas de sucesso que se observa em outras organizações.

Desta forma, montou-se um panorama do ponto onde se encontra a CPLP atualmente e os caminhos viáveis, tanto na dimensão militar como na dimensão político-estratégica para o aperfeiçoamento da comunidade. Baseado neste *framework*, acreditamos que este livro traz um contributo para o fortalecimento da CPLP, ao apresentar opções para a redução de custos associados às iniciativas e para o aumento de relevância e prestígio internacionais.

Palavras-chave: CPLP, operações de paz e humanitárias, cooperação, prestígio.



ABSTRACT

The Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) brings together countries from four different continents, asymmetrical and with different strategic weights. They share, however, a common language and values that encourage cooperation and joint work, which can become a valuable asset to increase individual and collective relevance in the international context.

In Defense area, there are several initiatives of this joint effort, particularly in peacekeeping and humanitarian operations training.

It is not easy to assess the alignment of these initiatives with the countries' national interest and their effective contribution to the armed forces of CPLP members.

For this reason, objective factors of desired efficiency in these types of operation was chosen to frame the actions already in progress, as well the isolated contributions of some of the countries and the successful initiatives observed in other international organizations.

In this way, an overview of the CPLP's positioning and viable paths was set up, in the military and in the political-strategic dimensions. Based on this framework, we believe this book can present a contribute for the CPLP strengthening, with cost reduction and the desirable increase of international relevance and prestige.

Keywords: *CPLP, peacekeeping and humanitarian operations, cooperation, prestige.*



INTRODUÇÃO

A motivação para escrever o trabalho de investigação: “O Emprego das Forças Armadas em Operações de Paz e Humanitárias: o contributo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)” decorre do facto de diversos países da CPLP estarem hoje envolvidos em atividades de Operações de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras organizações internacionais (OI). Além deste envolvimento, as suas Forças Armadas (FFAA) são ainda chamadas com frequência a atuar em operações humanitárias e de apoio em casos de calamidade pública. Este facto leva à necessidade de estarem preparados para atuar em ambientes muito diversos, num espectro que varia de conflitos bélicos de baixa intensidade e longa duração a situações com pouco tempo de preparação e elevada necessidade de pronta resposta.

As operações de paz conduzidas pela ONU e por outras OI tornaram-se mais complexas, evoluindo do antigo modelo de interposição entre forças (*classical peacekeeping* ou operações de primeira geração) para modelos multidisciplinares, com grande presença de civis, atividades dispersas em amplo espectro de atuação, da separação de forças em conflito, passando pelo desarmamento, reintegração, apoio a processos eleitorais, gestão de refugiados, etc. (ONU, 2000).

As operações clássicas de combate são a base onde se formaram as estruturas das FFAA de forma geral. Para este tipo de atividade há vasto material de estudo, cenários passíveis de serem reproduzidos em jogos de guerra (cada vez mais realistas) e que podem ser treinados em campos de instrução. A maior parte das FFAA já dispõem de boa estrutura

para treinar estes ambientes operacionais. No entanto, as operações de contrainsurgência, de pacificação e de reconstrução são muito mais difíceis de simular, pois os treinos eficientes precisam, além de um ambiente físico complexo, de uma interação das forças militares com os habitantes locais e organizações diversas (governamentais e não governamentais). Grandes desastres, inundações e terremotos são também ambientes de complexa reprodução para treino, e com um componente de stress momentâneo não facilmente reproduzível em campos de instrução.

Neste sentido, preparar e qualificar soldados para estas “guerras” exige treino prolongado em campos de conhecimento diversos e muitas vezes distantes das técnicas, táticas e procedimentos puramente militares. Pode-se citar, como exemplos de desafios, o conhecimento de áreas da psicologia, sociologia, antropologia, direito internacional, interação com a imprensa, a preparação dos pequenos escalões para atuar em ambientes descentralizados (que precisam agir com um grau de autonomia e liberdade que normalmente não são vistos em operações de combate convencional).

Busca-se analisar neste trabalho o ganho objetivo que atividades da vertente Defesa tem trazido ao treino e capacitação das FFAA dos países da CPLP, nomeadamente para seu emprego em operações de paz e humanitárias. Além disso, procura-se identificar oportunidades que mostrem como o trabalho conjunto e cooperativo dos países pode aumentar o peso da participação e do poder de influência nas OI.

Foram estudados os contributos que o ambiente CPLP e participações recentes em Operações de Paz da ONU (especialmente a recém-terminada missão de 13 anos do Brasil no Haiti) e em outras OI trouxeram para as FFAA dos países da comunidade.

Dos caminhos que estão a ser trilhados, procurou-se identificar a evolução ao longo do tempo e oportunidades que se apresentam, evitando generalizar soluções regionais, mas antes analisar o conceito global que pode atender diferentes forças armadas.

O presente trabalho enquadra-se, dentro das Ciências Militares, no domínio dos Elementos Nucleares, área de investigação Operações Militares, subárea de investigação do Planeamento Operacional.

Considerando que o assunto é pouco estudado no mundo académico, particularmente no meio civil na América do Sul e em África, a abordagem tencionou trazer luz ao assunto para aos decisores de nível estratégico sobre a importância da participação das FFAA em operações de paz e humanitárias, tanto no aspeto militar como nos aspetos

estratégicos de dissuasão e projeção de poder.

Os países da CPLP são diversos em termos de extensão territorial, recursos naturais, posição geográfica e problemas regionais, mas todos procuram, nas suas políticas de defesa, estar preparados para dissuadir potenciais ameaças externas e subsidiariamente apoiar em situações de calamidade.

Estas missões e ambições das nações esbarram frequentemente na falta de recursos humanos e materiais, e esta foi a motivação da pesquisa.

Por mais que os riscos, hipóteses de emprego e cenários operacionais de cada um dos países da CPLP sejam diferentes, a preparação das FFAA tem muito em comum, e encontrar formas de apoio mútuo podem maximizar os efeitos finais. Esta união de esforços pode ter a capacidade de mostrar à comunidade internacional o comprometimento das várias nações em torno de objetivos comuns: promover a paz, a democracia e o desenvolvimento.

A base conceitual de desenvolvimento do trabalho é a **cooperação**, entendida como a atuação de pessoas ou de organizações com interesses ou ideais comuns e que visam os mesmos objetivos (Ribeiro, 2008).

Além da cooperação, cumpre destacar mais quatro outros conceitos de base que estruturam o trabalho.

Por **Capacidade Militar**, entenda-se o conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade. (EB, 2014). Envolve, portanto, muito mais do que a aquisição do equipamento ou o treino de técnicas operacionais.

A dissuasão é a manutenção da paz (ou do *status quo*) sem necessidade de combater. Evita-se o confronto pela percepção dos envolvidos da capacidade do oponente. O Almirante Harris, ex-comandante do Comando do Pacífico dos Estados Unidos resumiu de forma bastante elucidativa este conceito:

Dissuasão = Capacidade x Determinação x Sinalização.

A fórmula indica que para haver dissuasão é necessário haver poder (e não apenas militar, mas poder nacional, diplomático e econômico), a determinação de usá-lo e a sinalização desta disposição, por palavras e atos. Como uma multiplicação, se qualquer destes fatores for zero, o resultado final é zero. (Harris, 2016)

Softpower é o termo definido por Joseph Nye, como a habilidade

de influenciar indiretamente o comportamento ou o interesse por meio de poderes intangíveis, culturais ou ideológicos. Segundo ele, o sucesso do *softpower* depende grandemente da reputação do autor. (Joseph S Nye, 1990)

Segurança pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover. (CAE CPLP, 2015). Neste sentido, segurança precisa ser vista através da ótica de evolução dos conflitos, onde a agressão entre Estados tem vindo a diminuir em termos de quantidade, com um quadro de ameaças que vão além dos aspetos militares e trazem novas perspetivas: segurança humana, segurança societal (ou identitária), segurança ambiental, segurança coletiva e segurança cooperativa. (Silva, 2015)

O objeto de investigação é a avaliação das iniciativas de cooperação e o alinhamento destas com os objetivos de participação da CPLP e dos seus países-membros nas operações de paz e humanitárias.

A partir deste ponto inicial, procurou-se mapear o que se faz e as oportunidades que se apresentam. Foi analisado o cenário regional, uma vez que a estabilidade deste cenário sempre é o principal motivador para que países se predisponham a atuar fora de suas fronteiras. Em paralelo com esta análise foi estudada a atual dimensão e estrutura das FFAA dos países-membros, contextualizando as diferenças entre as nações, a fim de apresentar possibilidades de cooperação viáveis para os diferentes países. Procurou-se, assim, apresentar propostas para ampliar a operacionalidade das FFAA dos estados-membros, seguida do desejável aumento do peso político das nações constituintes da CPLP nos cenários locais e regionais.

O modelo de análise utilizado baseou-se no conceito de cooperação militar, já explicado anteriormente, sob a ótica de duas dimensões: militar e político-estratégica, uma vez que a utilização das forças armadas internacionalmente traz impactos relevantes para os países não apenas no aspeto militar, mas na própria visão política de inserção regional e extra-regional. Contributos e oportunidades foram analisados a partir dos critérios da atitude, capacidade, confiança (fiabilidade) e treino, usando como indicadores de sucesso o aumento da capacidade, o decréscimo dos custos e o aumento da relevância. Este modelo pode ser resumido no Quadro 1.

Quadro 1 - Modelo de Análise

Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores
Cooperação	Militar (Operações Militares) (Planeamento Operacional)	Atitude	- Criação ou incremento de capacidade - Decréscimo de custos - Aumento do Prestígio (relevância)
		Capacidade	
		Fiabilidade	
		Treino	
	Político-Estratégica (Segurança e Defesa)	Atitude	- Criação ou incremento de capacidade - Aumento do Prestígio (relevância)
		Capacidade	
		Fiabilidade	
		Treino	

Os parâmetros de delimitação foram:

- (1) delimitação temporal: a partir do ano 2000, ano de início das Operações Felino, até os dias atuais;
- (2) delimitação espacial: os países da CPLP;
- (3) delimitação de conteúdo: conteúdos de natureza militar, mas também segurança e defesa na dimensão político-estratégica.

Os grandes objetivos da investigação, de analisar os reais contributos do que se faz em relação ao que se pretende dentro da CPLP foram consolidados na Figura 1, divididos dentro de objetivos específicos que guiaram a pesquisa como forma de direcionar os esforços.

Objetivo Geral	✓ Analisar o contributo da CPLP no treino/preparação das FFAA para a participação em Operações de Paz e Humanitárias
OE 1	✓ Descrever a situação atual das FFAA da CPLP, sua representatividade nas diversas OI e as atividades de cooperação em curso
OE 2	✓ Identificar os ganhos objetivos que as atividades em curso estão a trazer para a melhoria da capacidade operacional das FFAA dos países membros
OE 3	✓ Apresentar possíveis evoluções e novas formas de cooperação que impactem positivamente as FFAA dos países membros, individualmente e em conjunto

Figura 1 - Objetivos da Investigação.

A partir dos objetivos identificados, buscou-se delimitar o trabalho levantando as perguntas a serem respondidas. Estas perguntas estão sumarizadas na Figura 2, a partir de uma questão central e de três questões

deduzidas a partir dela, que no seu conjunto, trazem a resposta à pergunta central do trabalho.

Questão Central	✓ Em que medida as atividades de cooperação entre as FFAA da CPLP podem contribuir para o fortalecimento de cada uma das FFAA, particularmente através do aumento da capacidade de atuar em operações de paz e humanitárias?
QD 1	✓ De que forma a CPLP se posiciona no contexto internacional?
QD 2	✓ Qual o impacto das atuais atividades de cooperação na preparação das FFAA?
QD 3	✓ Quais atividades conjuntas podem contribuir para aumentar a capacidade de atuação e a relevância das FFAA nas OI ?

Figura 2 - Questão Central e Questões Derivadas.

A investigação seguiu uma filosofia epistemológica positivista e ontológica objetivista, procurando analisar as ciências sociais objetivamente, por considerar que as mesmas seguem regras que podem ser mensuradas, com a possibilidade de gerar leis genéricas o suficiente para inferir resultados a partir de factos presentes e passados. Foi utilizada uma abordagem indutiva e uma estratégia de investigação qualitativa.

De acordo com método indutivo, definiu-se uma QC a partir de pesquisa bibliográfica inicial. Da QC, que orientou a investigação a ser desenvolvida, surgiram três questões derivadas, que direcionaram a busca dos dados e sua análise para responder à questão central.

A estratégia de investigação qualitativa foi empregue na fase exploratória, onde se procedeu à análise de documentação produzida ao longo dos diversos exercícios Felino, condução de questionários e entrevistas, complementada por um estudo de caso. Esta estrutura reuniu os pré-requisitos do método científico, na medida em que se respeitaram as exigências metodológicas de possuir um objeto reconhecível, analisar este objeto sob uma perspetiva original e fornecer os elementos para confirmação das questões de pesquisa. (Santos & Lima, 2016, pp. 13-14)

O percurso metodológico seguiu as etapas do método científico, nomeadamente: fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva.

Na fase exploratória procedeu-se o levantamento do estado da arte sobre o assunto, por intermédio de leituras preliminares e da identificação de fontes; identificação do problema e análise do objeto de estudo; elaboração

do modelo de análise; definição do procedimento metodológico e elaboração do plano de trabalho.

Na fase analítica procedeu-se à recolha de dados em fontes primárias e secundárias, a análise documental e a condução de um estudo de caso. A análise documental e a pesquisa bibliográfica foram complementadas por entrevistas e questionários a um universo pré-selecionado de militares e entidades representativas das atividades relativas à condução do preparo e emprego das forças armadas nos países da CPLP, nomeadamente representantes do Ministério da Defesa do Brasil, do Centro Conjunto de Operações de Paz Brasileiro (CCOPAB) e dos Núcleos Nacionais do Centro de Análise Estratégica da CPLP (NN/CAE). Foi realizado ainda um Estudo de Caso da participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), incidindo sobre os aspetos mais relevantes na preparação para este tipo de atividade.

Na fase conclusiva foram conduzidas as tarefas de avaliação e discussão dos dados levantados, apresentação das conclusões, implicações futuras e contributos para o conhecimento.

O estudo seguiu a lógica de identificar e contextualizar, em um primeiro capítulo o cenário atual de conflitualidade e as diversas OI relevantes ao tema. Em seguida, no capítulo dois, caracterizou-se a vertente de defesa da CPLP, o papel dos seus membros, a cooperação militar e as atividades de preparação para participação em missões de paz, com ênfase nas operações Felino. O terceiro capítulo apresenta uma breve descrição do que se entende como missão de paz e missão de ajuda humanitária e realiza um estudo de caso da participação brasileira na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti. A partir deste ponto, enquadra e organiza as ações realizadas pela CPLP em um modelo do que se espera hoje de tropas em missões de paz e humanitárias, identifica lacunas e analisa ações consideradas boas práticas que podem melhorar a efetividade frente aos desafios encontrados. Todos estes aspetos estão sintetizados no quarto capítulo, de conclusão, que apresenta os contributos já consolidados para atuar em missões de paz e humanitárias e as oportunidades que podem trazer melhorias.

1. A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CENÁRIO ATUAL

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi criada a 17 de Julho de 1996, com o objetivo de projetar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico (CPLP, 1996). À época, reuniu Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de Maio de 2002, após sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o nono membro de pleno direito. Estas nove nações, apesar de situadas em 4 distintos continentes, possuem como vínculo comum o idioma. Este vínculo, no entanto, tem uma relevância maior do que se observa à primeira vista, pois este idioma é fruto de uma origem comum, com laços de cultura e amizade que permitem maximizar atividades em conjunto ao buscar o interesse coletivo destas nações. O facto de estarem espalhados por quatro continentes apresenta uma peculiaridade importante, com enorme potencial também para a defesa: seu acesso privilegiado a diferentes comunidades económicas regionais, que abrangem 86 países e cerca de 30 % da população mundial. (CPLP, 2014).

Esta abrangência pode ser observada na Figura 3.



Figura 3 - CPLP e Comunidades Económicas Regionais que seus membros fazem parte

Fonte: CPLP (2014)

Isto abre espaço, por exemplo, para, quanto mais próxima a doutrina e o preparo das forças armadas dos países membros, maiores as possibilidades de desenvolver em conjunto a indústria de defesa, estabelecer parcerias de aquisição de equipamentos e armamentos e se beneficiar de melhores condições para todos os seus integrantes, entre outras.

Por seus estados membros englobarem mais de 230 milhões de pessoas, a CPLP tem condições de uma atuação conjunta cada vez mais alargada, significativa e influente, tanto no âmbito da União Europeia como de outros fóruns internacionais. (Nogueira, 2005)

Inicialmente focada em outros domínios de atuação, a partir de 2006 a vertente defesa foi incorporada à Comunidade, com os objetivos de criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos na área de Defesa, promover uma política comum de cooperação na área e *contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas, com vistas ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP*. (CPLP, 2006) (grifo nosso).

1.1. O CENÁRIO DE CONFLITOS E TENSÕES NO MUNDO ATUAL

O mundo está a mudar radicalmente, a uma velocidade sem precedentes. Ao mesmo tempo que o padrão de vida do homem médio cresce a taxas não comparáveis a nenhuma outra época da história, ainda se observam desigualdades abissais de desenvolvimento entre regiões e mesmo

dentro dos países, o que gera um permanente estado de tensão, não bilateral, como no pós 2ª Guerra Mundial, mas multilateral e por motivações diversas.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em estudos, elenca alguns dos pontos de instabilidade mais expressivos para os tempos atuais: o desafio do acesso e uso dos recursos comuns globais (energia, petróleo, água, etc), o impacto disruptivo da migração, a ameaça cibernética, o caos provocado por desastres de larga escala e as crises em megacidades. Todos estes eventos estão à frente, em termos de probabilidade e impacto, ao conflito entre estados e os riscos das armas de destruição em massa. (OTAN, 2015)

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), em recente relatório apresenta similares pontos de instabilidade, incluindo ainda como relevantes o jihadismo¹, a pirataria e o crime organizado. (SIPRI, 2015) Apresenta, complementarmente, outro aspeto de instabilidade a ser analisado: a multipolaridade². Este facto, à primeira vista benéfico, pois representa o crescimento mais igualitário de diversas nações, ao ser analisado sob o prisma das relações internacionais, possui algumas consequências práticas que podem se perder em uma análise descontextualizada. A crescente multipolaridade do mundo pode aumentar as tensões regionais, pois tende a criar conflitos em áreas onde se sobrepõem esferas de influência de diferentes potências (EUA, China e Rússia, mais especificamente). O crescimento e desenvolvimento destas potências, bem como o surgimento de outras potências regionais, com seus próprios interesses e capacidade de influência, muda o balanço de forças em diversas regiões, altera o arranjo pré-existente e necessita de negociações para reorganizar as estruturas existentes. Estas regiões, das quais podemos citar como exemplos atuais o Médio Oriente, a Ásia Central, o sul do mar da China e a África, em função de sua localização e dos recursos naturais que dispõem, acabam por provocar divergências entre potências globais e regionais, dentre as quais inserem-se os membros permanentes do Conselho de Segurança (CS) da ONU. Este facto é relevante porque são estes membros que possuem direito de veto nas resoluções deste órgão, responsável pela definição de sanções a países e autorização da criação de Missões de Paz.

¹ Corrente do salafismo (movimento ortodoxo ultraconservador dentro do islamismo sunita) nascida no Afeganistão durante a ocupação soviética que propugna o recurso à chamada “guerra santa” como forma de impor aquela concepção religiosa aos não muçulmanos. (Alves, 2014)

² Processo de redistribuição global do poder entre um número crescente de atores com influência além de suas áreas regionais e que são capazes de produzir ordem ou gerar desordem. (Laidi, 2017)

Em outras palavras, o que se coloca é que o conflito de interesses entre estes membros dificulta ou mesmo impede a intervenção preventiva da ONU³. A bipolaridade Estados Unidos – União Soviética, no período da Guerra Fria, foi o principal motivo de imobilização das missões de paz naquele período, justamente pelo veto que uma potência realizava nas resoluções trazidas pela outra. No momento em que se vive um novo rearranjo de forças e a inclusão de novos atores no balanço geopolítico de poder, surgem conflitos de interesse que atrasam as decisões das organizações internacionais. Observa-se, assim, que a multipolaridade tem permitido o renascimento de movimentos separatistas em diversas regiões. Já foram vistos na antiga Jugoslávia, no Sudão do Sul e continuam a ser vistos na região Iraque-Síria-Turquia em movimento pela criação do “Curdistão”⁴. Os motivos destes movimentos podem ser ainda reflexos das demarcações de fronteiras impostas ao longo dos séculos XIX e XX (Conferência de Berlim, que dividiu a África entre as nações europeias em 1884, o acordo Sykes-Picot, ao final da primeira guerra mundial, que dividiu o Oriente Médio e as Conferências de Teerã e de Potsdan, pós-segunda guerra mundial), que não levaram em conta os diferentes povos que viviam nos locais, ou podem ser motivações econômicas atuais e de disputa por recursos naturais. Quaisquer que sejam, o facto de não haver consenso e mesmo conflito de interesses entre as potências regionais hoje existentes pode frustrar a habilidade destas em lidar com a situação de forma atempada e permitir a escalada de instabilidades.

Os conflitos intra-estados possuem ainda outro catalisador, que é o crescente número de “estados falhados” ou, como usualmente se coloca, “estados frágeis”. Pode-se confirmar o aumento do número de estados frágeis a partir da análise do Instituto *Fund For Peace* na projeção das Figuras 4 e 5, com um intervalo de 10 anos.

³ Pode-se citar como exemplos de paralisia provocada pelo conflito de interesses: a falta de definição para a crise de Dafur, os vetos sucessivos à intervenção na Síria.

⁴ Curdistão: área formada por partes da Síria, do Iraque e da Turquia, onde parcela da população, de origem curda, age por vezes politicamente e por vezes violentamente, com o objetivo de formar um país independente.

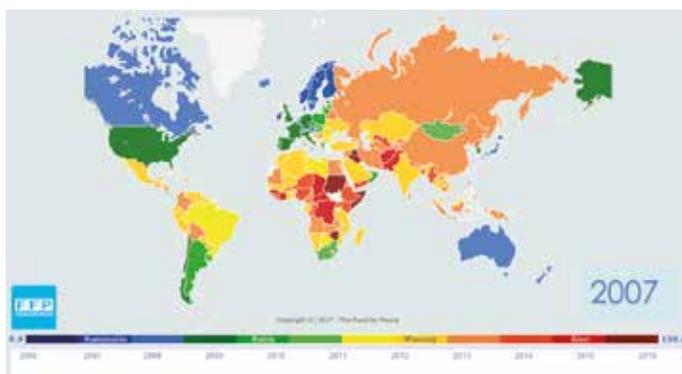


Figura 4 - Fragile States Index – 2007.

Fonte: FFP (2017).

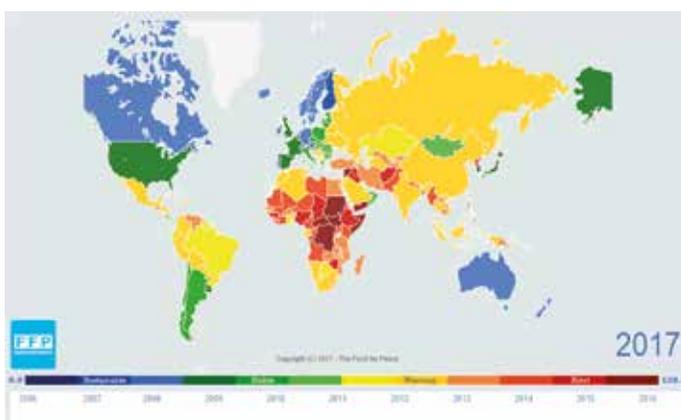


Figura 5 - Fragile States Index – 2017.

Fonte: FFP (2017).

Nestes locais, com a ausência efetiva do poder do estado, cresce a instabilidade com atores não estatais que não respeitam fronteiras e criam conflitos interligados. (SIPRI, 2015, p. 13)

Este ambiente mundial afeta todos os países. A CPLP, no entanto, como organização, se caracteriza por possuir integrantes em diferentes continentes. Este facto potencializa os efeitos de instabilidades regionais, mas não é coerente imaginar que seus integrantes são afetados da mesma forma pela conjuntura mundial.

O fator mais importante que norteia a política internacional de um país é seu contexto regional. É ele que tem decisiva influência sobre o interesse e a motivação das nações para agir ativamente para garantir

paz e estabilidade no seu entorno, e assim se dispôr a empregar recursos humanos e materiais em Operações de Paz e Humanitárias.

É importante, portanto, contextualizar a conjuntura e analisar como ela afeta cada região. Será usado neste estudo, para auxiliar a caracterização do cenário atual, o conceito de Correia, que apresenta o mundo como uma Zona de Tensões e Conflitos (ZTC) Global, dividida em ZTC regionais, a saber: A Bacia Mediterrânica (aí incluídos os Balcãs, o Golfo Pérsico, o Curdistão, o Sahara Ocidental, o Cáucaso e o Conflito Árabe-Israelense), a África Subsaariana (Ocidental, Austral e os reflexos da descolonização), o Oriente Asiático e a América Latina. (Correia, 2010). Estas ZTC regionais possuem características diferenciadas e são um melhor ambiente para identificar os fatores influenciadores e motivadores dos países que as compõem.

Com base nas premissas discorridas acima, passemos agora à análise dos contextos regionais, caracterizando cada uma das Zona de Tensões e Conflitos (ZTC). As conclusões deste estudo foram usadas para identificar as condicionantes que podem servir de motivação para estes países atuarem em operações de paz e humanitárias.

1.1.1. Zona de Tensões e Conflito Europa

Portugal é o único país da CPLP na Europa. País com grande interesse na Comunidade, sua localização é importante ponto de inserção da CPLP na região economicamente mais desenvolvida do mundo.

Ao analisar esta ZTC em maiores detalhes, observa-se que a Europa (vide mapa na figura a seguir, com os integrantes da União Europeia, os candidatos a integrarem esta organização e os integrantes do Espaço *Schengen*, acordo que congrega a livre circulação de mercadorias e pessoas) é uma área desenvolvida economicamente, com altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), e de forma geral, sem conflitos locais. Entretanto, isso não a deixa isenta aos reflexos dos conflitos nas suas áreas limdeiras, particularmente no entorno da União Europeia (UE) e no dos candidatos a entrarem na UE. Exemplo disso são os litígios de longa data e ainda com missões de organismos internacionais em curso, como é o caso do Kosovo, de Chipre, Ucrânia e Geórgia. O seu entorno estratégico, na verdade, é a grande fonte de tensões que mobiliza as suas forças armadas e forças de segurança, como se pode observar na Figura 6.



Figura 6 - União Europeia, Espaço Schengen e Candidatos a adesão à EU.
 Fonte: Boniface & Vedrine (2016)

Não se pode esquecer ainda o impacto das crises migratórias, observado na Figura 7 (que apresenta um panorama do período de 2015-2016), fruto dos conflitos na Síria e Líbia principalmente, mas também da África Subsaariana, região em permanente conflito. Pontilhado em verde, as maiores rotas de migração, circulado em azul a quantidade de náufragos mortos no Mediterrâneo (2015 e 2016), em amarelo os locais de bloqueio/contenção de migrantes. Tudo isto vem acontecendo em um período onde ocorre um aumento do desemprego na região (ressaltado em tons de vermelho, por taxa). Tão importante é esta situação que vem sendo alvo de constantes discussões na União Europeia sobre o aumento do controle ao fluxo migratório, e mesmo da OTAN, que vem a alterar seus planejamentos estratégicos, tradicionalmente fundamentados na ameaça de Leste (ex-URSS e mais recentemente a Rússia), para uma abordagem 360°, baseada na “ameaça” de Sul.

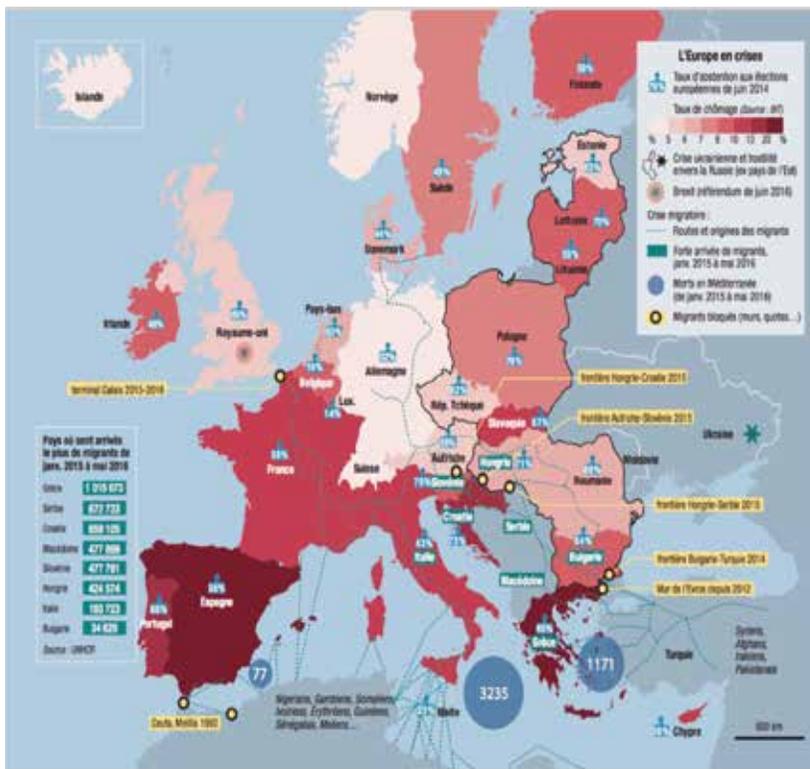


Figura 7 - Crises Europeias – desemprego (*chômage*), refugiados (rotas nas linhas pontilhadas), náfragos mortos no Mediterrâneo, imigrantes bloqueados em fronteiras.

Fonte: Boniface & Vedrine (2016)

1.1.2. Zona de Tensões e Conflito África

A ZTC da África é a região no mundo de tensão mais permanente, ainda à margem do mundo econômico, com 34 países entre os 48 piores índices de desenvolvimento humano. (ISS, 2017). As projeções realizadas para a região mostram que ela não crescerá como um bloco, pois seus 54 países são muito diversos. Desta forma, haverá clusters em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e estabilidade política, o que pode gerar ainda mais instabilidade regional. Devido a estes contrastes, conta com maioria das operações de paz da ONU, conforme se observa no mapa da Figura 8.

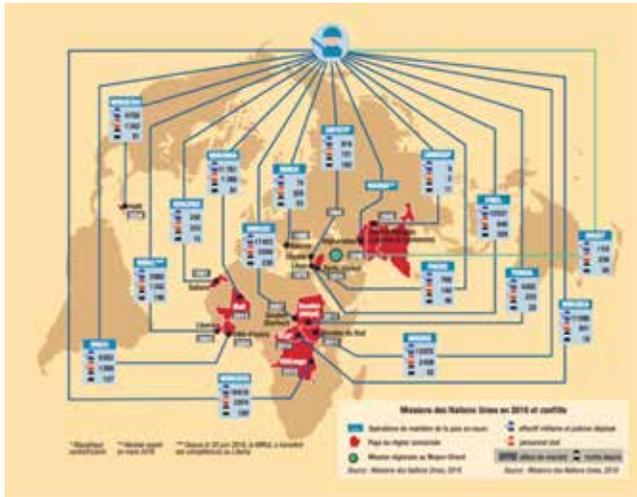


Figura 8 - Missões das Nações Unidas em 2016.

Fonte: Boniface & Vedrine (2016)

Apresenta ainda um dos maiores crescimentos demográficos do globo (ver gráfico na Figura 9), com possíveis 2,5 mil milhões de habitantes em 2050. Se estes países não conseguirem crescer economicamente a uma taxa que permita gerar empregos para a força de trabalho que está a crescer, as condições locais tendem a piorar.

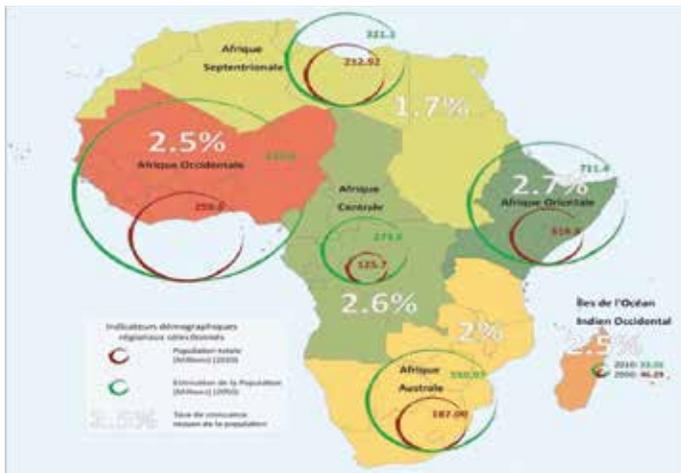


Figura 9 - Indicadores Demográficos da África em 2010 por região e previsão populacional para 2050.

Fonte: UNEP (2010).

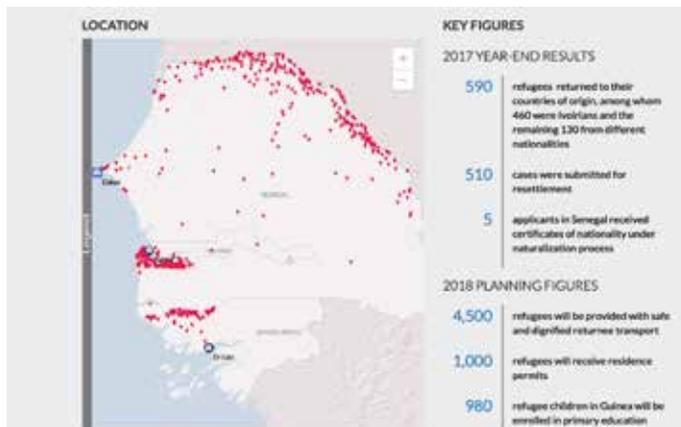


Figura 12 - Guiné-Bissau – situação de refugiados na região.
 Fonte: UNHCR (2017).

2017 foi um ano com predominância de refugiados da Costa do Marfim (460 dos 590 refugiados recebidos), mas 2018 foi um ano com muito mais refugiados, tendo inclusive 1000 deles recebido vistos de residência.

GUINÉ EQUATORIAL

País com 28 mil km², antiga colônia espanhola, na década de 1990 passou por um aumento exponencial de seu PIB com a descoberta de petróleo e gás natural. No entanto, a queda do preço destes produtos a partir de 2011 teve um efeito negativo na economia do país, com uma queda de quase 8% em seu PIB no ano de 2017 (FMI, 2017). A proximidade com São Tomé e Príncipe (ver Figura 13) trouxe ainda (particularmente após a descoberta de petróleo) problemas em relação a delimitação das zonas econômicas exclusivas de exploração.

Possui 60% de sua população abaixo da linha da pobreza e é um país predominantemente católico. Em relação ao seu entorno, tem crescente preocupação pelo aumento de ações terroristas do grupo *Boko Haram*⁵ nos vizinhos Nigéria e Camarões, o que traz reflexos para sua segurança interna.

⁵ *Boko Haram*: grupo fundamentalista, cujo objetivo é substituir o governo da Nigéria e criar um Califado islâmico sob a Sharia (lei islâmica) na África, eliminando toda atividade associada à sociedade ocidental, incluindo o voto, as escolas seculares e roupas ocidentais. Reivindicou vários ataques a bomba a igrejas cristãs nos últimos anos na Nigéria, Camarões, Chade e Níger. (CIA, 2018)



Figura 13 - Mapa Guiné Equatorial.

Fonte: Além Mar (2011)

MOÇAMBIQUE

Moçambique está situado em posição estratégica na África, sendo porta ao Oceano Índico para diversos países interiores africanos, como Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Botswana. O islamismo e o cristianismo convivem no país, mas nem sempre sem tensões.

De 1976 a 1992 Moçambique viveu uma guerra civil com grande impacto para sua economia. Em 1992 foi assinado o acordo de paz entre os grupos armados Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). (Pigozzo & Horing, 2015), e entre Dez de 1992 e Dez de 1994 houve uma Missão de Paz da ONU em seu território, do qual participaram com tropas o Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal (UN Peacekeeping, 2017), que pôs fim aos confrontos. Desde 2013, porém, houve o ressurgimento da violência entre as forças de segurança do país e o braço armado do RENAMO, principalmente na província de Sofala, fruto da grande crise econômica em 2008. Atualmente, o governo procura evitar a escalada da violência no país.

Apesar disso, o país encontra-se hoje em um período econômico relativamente favorável, com um crescimento do PIB da ordem de 5% e uma inflação anual de 8% em 2017. (FMI, 2017) Este aspecto não altera a situação de Moçambique ser um dos países mais pobres do mundo, IDH classificado

em 180 entre os 188 países e viver emergências sanitárias, como a de cólera, que somente de agosto a dezembro de 2017 reportou mais de 1200 casos. (WHO, 2018)

Na última década, além dos problemas já citados, observa-se ainda problemas climáticos, com inundações e ciclones anuais que atingem até 500.000 pessoas todos os anos. (Kardan, et al., 2016).

O entorno de Moçambique também tem proximidade com países instáveis da África Central, e ele mesmo gera instabilidade pelo fluxo de refugiados seus em direção ao Malawi (3455 refugiados entre janeiro e dezembro de 2017) e ao Zimbabwe (700 refugiados entre janeiro e dezembro de 2017) (UNHCR, 2017), conforme pode ser observado na Figura 14.



Figura 14 - Refugiados de Moçambique no Malawi.
Fonte: UNHCR (2017).

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Conjunto de ilhas no litoral da Guiné Equatorial, com uma população de 213 mil habitantes, proclamou sua independência em 1975. Os primeiros anos pós-independência foram conturbados política e economicamente, havendo necessidade da presença de tropas angolanas no país. Viveu problemas de altas taxas de inflação na década de 1990

(chegando aos 70% anuais). A pesca é a principal atividade econômica do país e, com a descoberta de petróleo em seu mar adjacente, atualmente vive um período de relativa estabilidade econômica, com taxas de inflação da ordem de 5% e um crescimento anual do PIB também da ordem de 5% (FMI, 2017). A descoberta de petróleo, no entanto, acaba por ser um fator de instabilidade, pelo facto de seus vizinhos contestarem a zona econômica exclusiva que São Tomé reivindica. (zonas A, B e C na Figura 15). Seu índice de desenvolvimento humano é considerado médio, assemelhando-se ao da Guiné Equatorial e do Timor Leste, mas grande parte de sua população ainda vive na linha da pobreza.

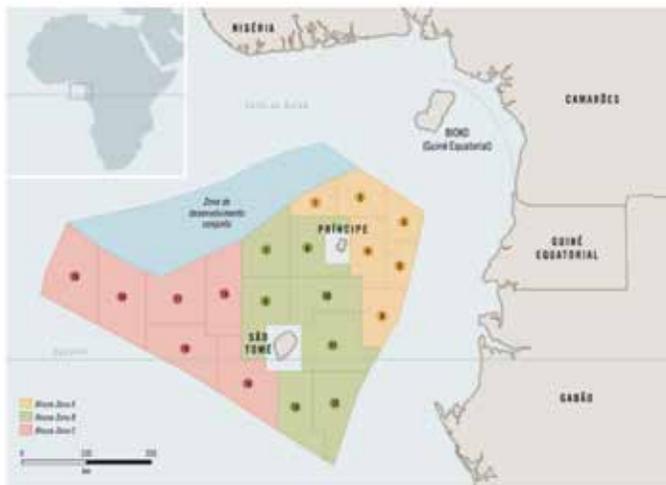


Figura 15 – Entorno regional e Zona Econômica Exclusiva - São Tomé e Príncipe.
Fonte: Gabriel (2013a).

Consolidando a ZTC África, observa-se uma região instável, com diversos países em conflito interno e apresentando grande percentual de suas populações abaixo da linha da pobreza. Esta situação, que se prolonga no tempo, dificulta o desenvolvimento e prejudica a inserção internacional dos países africanos da CPLP.

A Figura 16 representa a densidade e localização dos conflitos armados em África ao longo de duas décadas. São um retrato dos anos de 1997 (quadro mais a esquerda), 2006 (quadro central) e 2016 (quadro à direita). O objetivo principal de apresentar este gráfico é para extrair das imagens a percepção que os conflitos têm uma tendência de aumento, ao

invés de diminuição, e que os mesmos estão nas vizinhanças dos países africanos da CPLP (estes gráficos podem ser visualizados em tamanho maior no Anexo no final deste trabalho).

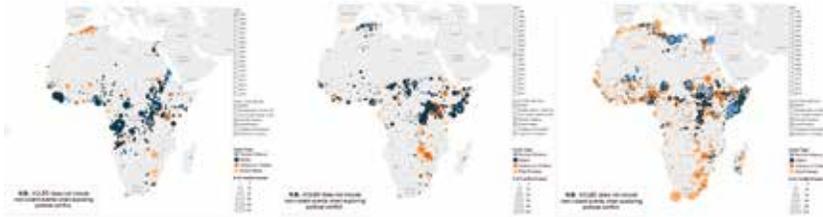


Figura 16 - Conflitos em África - Evolução 1997-2006-2016.

Fonte: Armed Conflict Location & Event Data Project (2017).

Apresenta-se também na Figura 17 a projeção de envolvidos nos conflitos armados em África em meio século, com o fim de consolidar a ideia de que os conflitos podem até mudar de origem ou motivação, mas continuarão a impactar severamente este continente.

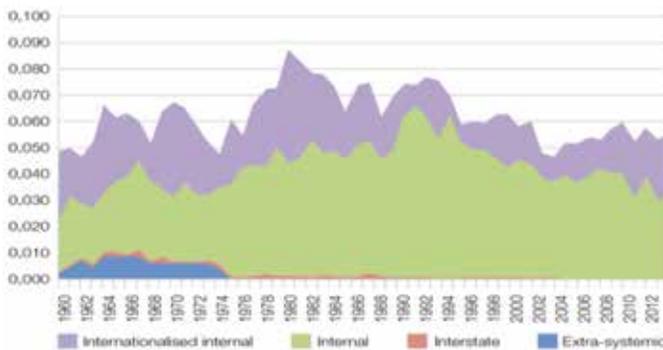


Figura 17 - Nr de Conflitos Armados em África - 1960-2014 (por tipo e por milhão de pessoas).

Fonte: Yabi (2016, p. 5).

1.1.3. Zona de Tensões e Conflito América Latina

A ZTC América Latina, onde se insere o Brasil, possui disputas de fronteiras históricas (nomeadamente Venezuela-Guiana, Equador-Peru, Peru-Chile, Chile-Argentina, Colômbia-Nicarágua) (Paterson & Flynn, 2013), mas todas relativamente pacificadas e arbitradas, não se apresentando como tensões relevantes atualmente. Apresenta, no entanto, tensões geradas por

grupos armados (Colômbia - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC- em processo de paz conduzido internamente, Sendero Luminoso no Peru, em processo de enfraquecimento), governos desestabilizados (Venezuela, atualmente com a maior inflação do mundo e tensões geradas pela emigração a ocorrer para países vizinhos), crimes transnacionais (com países que são os maiores produtores mundiais de cocaína e maconha). Estes outros fatores periodicamente fazem ressurgir a discussão de algumas das disputas fronteiriças. Uma visão gráfica destes aspetos é mostrada na Figura 18.



Figura 18 - Conflitos e Tensões em América do Sul.
 Fonte: Costa (2009).

Apesar de ser gerenciado há décadas por vias diplomáticas, estas tensões dificultam o crescimento da região. O próprio Brasil se tornou fonte de instabilidade na região por problemas políticos e econômicos que está há atravessar desde 2014. O quadro da Figura 19, retirado de estudo do Instituto *Fund For Peace* (FFP) elenca 12 indicadores de instabilidade⁶, onde a subida no gráfico apresenta a piora do índice. Da leitura da imagem observa-se a piora dos indicadores econômicos e sociais do Brasil na última década.

⁶ Indicadores que relacionam as ameaças de segurança ao Estado (c1), fragmentação das instituições (c2), divisões da sociedade (c3), declínio econômico (e1), desigualdade social (e2), fuga de cérebros (e3), legitimidade do Estado (p1), nível dos serviços públicos (p2), respeito aos direitos humanos (p3), pressões demográficas (s1), existência de refugiados (s2) e intervenção externa (x1). Para maiores detalhes dos indicadores, ver <http://fundforpeace.org/fsi/indicators/>

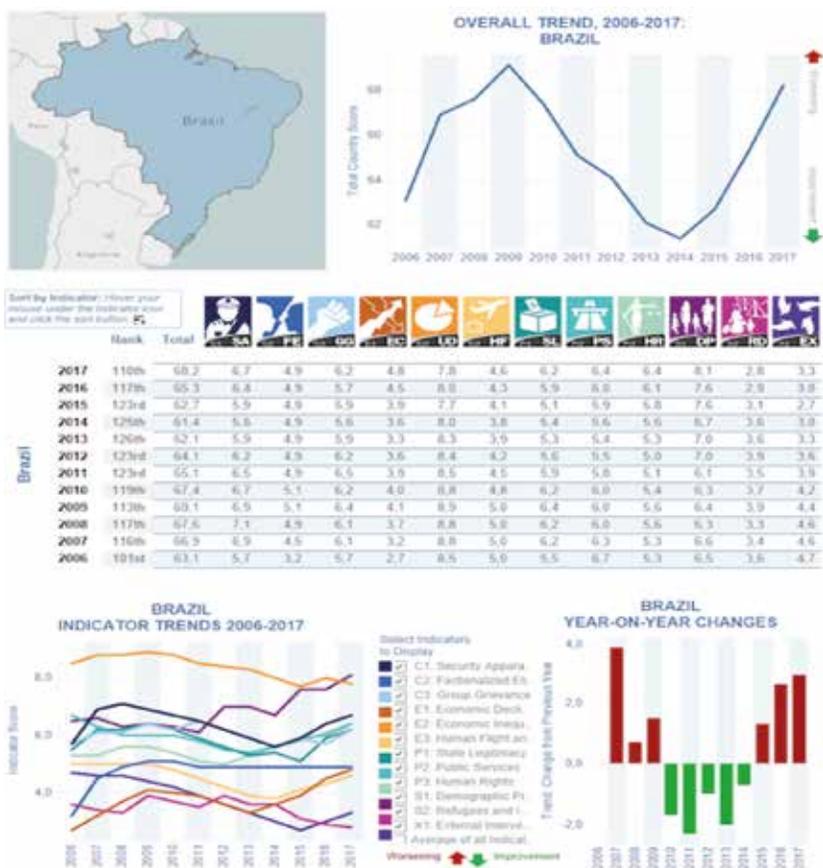


Figura 19 - Índices de Instabilidade - situação Brasil - 2006-2017.

Fonte: FFP (2017).

1.1.4. Zona de Tensões e Conflito do Sudeste Asiático

A ZTC do Sudeste Asiático, onde se insere o Timor Leste, é composta por países que se originaram de um processo de descolonização ocorrido durante e após a 2ª Guerra Mundial. Eram colônias francesas, holandesas, inglesas, portuguesas, espanholas, conforme se pode observar na Figura 20. Uma colcha de retalhos, com fronteiras definidas sem o devido respeito aos povos que ali viviam. Após atravessar períodos de instabilidade nas décadas de 1950 a 1980, a região apresentava relativa estabilidade, que vem sendo comprometida pela crescente tensão entre as Coreias e outras relacionadas aos interesses da China, Índia e Japão que vêm aumentando gradativamente sua participação e interesse regional.



Figura 20 - Colonização sudeste asiático.

Fonte: Ruiz (2013).

O Timor Leste, composto pela parte oriental da ilha de Timor, o enclave de Oe-Cusse na parte ocidental da ilha, o ilhéu de Jaco e a ilha de Atauro, possui uma sobreposição de povos, em sua maioria asiáticos, mas também papuas, melanésios, portugueses, angolanos e moçambicanos. Apesar da maioria da população falar o *Tetum*, após a sua independência, em 2002, Timor Leste optou por tornar o português sua língua oficial e de unidade nacional. Hoje vive relativa estabilidade, com uma taxa de inflação de 1% e o crescimento do PIB de 6% em 2017 (FMI, 2017). Vem elevando seus indicadores, sendo hoje considerado um país com IDH médio (0,605). Apesar disso, ainda possui mais de 30% de sua população abaixo da linha da pobreza (UNDP, 2016).

1.1.5. Síntese Conclusiva

O que se pode extrair do estudo realizado é que em todas as ZTC analisadas há conflitos em curso ou latentes, o que significa dizer que não há regiões do globo livres de tensões ou dos reflexos das mesmas. Ao analisar os entornos regionais dos países da CPLP verifica-se que as tensões estão dispersas, com motivações distintas e os possíveis resultados e consequências, na maior parte das vezes, não se restringem ao país beligerante, mas a todo o seu entorno estratégico. Verifica-se a existência de conflitos, seja por estados frágeis, seja por crimes transnacionais, ondas disruptivas de migração ou por disputas por recursos naturais. São

múltiplos fatores, mas que afetam o desenvolvimento regional de todas as ZTC analisadas.

É este ambiente que se apresenta como o desafio aos países da CPLP. Não há soluções rápidas ou fáceis, e os problemas de segurança trazem consigo desafios e entraves ao desenvolvimento. Não são, portanto, apenas de interesse da área de segurança ou defesa, mas problemas nacionais. A busca por mecanismos de solução e estabilização regional são um caminho natural para todos, e a consolidação da CPLP passa necessariamente pela estabilização das áreas de interesse e influência de seus países membros. A CPLP, para ser relevante, precisa ser percebida como uma comunidade comprometida com as estabilidades regionais, com voz ativa na discussão dos problemas de seus membros e que tenha capacidade para se tornar fator de dissuasão.

Ao observar estes quatro continentes, quatro ZTC distintas, mas que se conformam como entornos regionais dos países da CPLP e, por conseguinte, locais de interesse para seus integrantes, uma primeira abordagem, pragmática, nos levaria a buscar identificar os cenários de emprego mais prováveis para atuação, uma vez que estamos a analisar o emprego das forças armadas em operações de paz e humanitárias. Identificar o cenário mais provável direciona esforços para criação das capacidades necessárias.

Para responder a esta pergunta, não tão simples, foi trazido o estudo de Mullenbach (2013, p. 118), que nos apresenta panorama abrangente ao analisar 202 missões de paz (da ONU e de outras OI) ao longo de 66 anos (1946 a 2012). Observa-se que 47% delas ocorreram na África e no Médio Oriente. Se olharmos mais setorialmente, 33% de todas as missões de paz até hoje ocorreram na África Subsaariana (uma em cada três missões).

Estes números podem constituir-se um indicador da prevalência dos problemas em África, e portanto, levar à conclusão que há grande probabilidade de as próximas missões internacionais serem nesta área.

Conclui-se, portanto, que a África, seja pelo facto de grande parte dos Estados Membros estarem neste continente (o que coloca a CPLP como diretamente interessada em que estas possíveis missões sejam bem sucedidas), seja pela série histórica, é o cenário mais provável de emprego de tropas em missões de paz e humanitárias.

Entretanto, ao olhar estes mesmos números por outro prisma, observa-se que mais de 50% das missões não ocorreu em África (25% na Europa/Ásia Central, 21% no restante da Ásia, e 7% nas Américas), o que

nos leva à conclusão que não se pode descartar outros cenários, uma vez que as prioridades dos estados-membros são pressionadas por situações específicas em suas áreas de influência (observe-se o caso do Brasil no Haiti e de Portugal no Afeganistão).

Pode-se concluir, ainda, que não há regiões do mundo isentas de problemas e que possam prescindir de apoio internacional. Esta assertiva corrobora a incerteza dos cenários futuros, a grande dificuldade em identificar o cenário das próximas missões de paz ou humanitárias, o que continua a exigir às tropas preparação para atuar em cenários dos mais diversos e multiculturais.

1.2. CPLP NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1.2.1. Representatividade em Organizações Internacionais

As OI são uma realidade cada vez mais presente nas relações diplomáticas. Evoluíram de simples fóruns de discussão entre países para organizações multilaterais com o objetivo de administrar a crescente complexidade do sistema internacional. Os períodos pós-guerras são onde se observa o maior empenho das nações em minimizar as disputas (por vezes legítimas, mas sempre conflituosas) em busca de períodos de paz que permitam o progresso. Foi a origem da Liga das Nações, da ONU, e de outras organizações para o mesmo fim. A maior parte dos países participa das OI em busca de estabilidade global ou regional, mas sempre movidos pelo esforço de atingirem seus objetivos nacionais permanentes. Nesta perspectiva, as metas de suas políticas nacionais são o contraponto ao esforço a ser empreendido em cada OI (Sterian, 2013).

A participação em operações de paz e de ajuda humanitária, portanto, alinha-se com os objetivos de seus países e é o que garante o necessário comprometimento político das nações. O “custo” desta participação é sempre balanceado politicamente com os benefícios advindos. A estabilidade regional em sua área de influência normalmente é o aspeto mais fácil para um país identificar como estrategicamente vantajoso, pois garante boas condições de desenvolvimento económico dos vizinhos (e conseqüente incremento do comércio). Comércio este que é influenciado não apenas pelos vizinhos próximos, mas de toda área de interesse (de onde se compra,

para onde se vende e as linhas de comunicação entre eles). Neste cenário, fazer parte de uma comunidade de países comprometidos com a segurança regional é fator de dissuasão⁷ e de estabilidade regional, pois, combina a capacidade, a determinação e a sinalização. (Harris, 2016).

Quando se trata de participar de operações em regiões distantes de sua área de influência, os Estados precisam ter fortes motivações para investir. Há diversos fatores que normalmente são analisados, mas, o mais comum é aumento de prestígio. Edward Carr definiu “prestígio internacional” como o reconhecimento da força de uma nação por parte de outros povos. Com o reconhecimento, uma nação é em geral capaz de atingir seus objetivos sem ter que usar sua força. (Wight, 2002, pp. 88-89). Isto lhe dá melhores condições de influenciar e agir com liberdade de ação em busca da concretização de seus objetivos nacionais permanentes.

A busca por prestígio torna-se mais importante ainda se observarmos o papel que as organizações multilaterais estão a desempenhar no mundo atualmente, dentro da lógica das soberanias e do jogo do poder. É indiscutível que estes organismos multilaterais procuram dar estabilidade às dinâmicas entre os países e foram criados para reduzir conflitos. Fernandes (2015, p. 106), no entanto, nos apresenta um contraponto à visão de Reuter⁸ em que o papel ideal destas organizações seria trazer uma visão federalista, onde todos os representantes possuem representatividade isonômica. Argumenta ele que, na prática, a representatividade da diversidade nestas organizações não estaria conforme com a Figura 21 da esquerda (ideal), mas conforme a figura da direita (real), ou seja, o peso específico das nações continua a refletir-se nas OI, sendo utópico julgar que os interesses nacionais de um país serão considerados fora do espectro de seu poder de influência

⁷ Conforme explicado na Introdução (base conceitual), Dissuasão = Capacidade x Determinação x Sinalização, onde somente todos estes fatores juntos geram os efeitos desejados de prevenir e mesmo evitar conflitos.

⁸ Paul Reuter e Jean Combacau em seu livro *Institutions et Relations Internationales* (1980) apresentam a lógica do multilateralismo, ou seja, agrupamentos de Estados em organismos multilaterais com a finalidade de reorganizar o ordenamento das relações internacionais, diminuindo as diferenças entre as nações para dar mais estabilidade à ordem mundial.

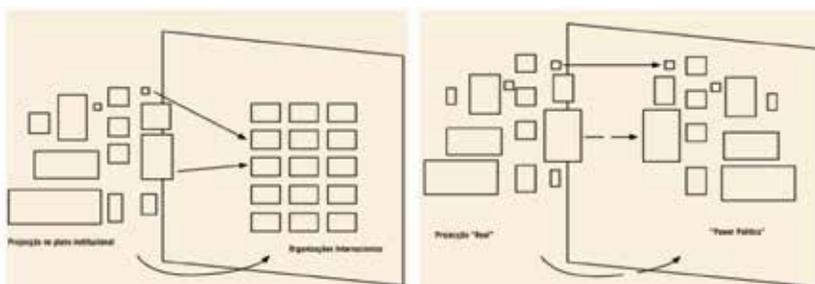


Figura 21 - Representatividade em Organizações Internacionais - cenário ideal x cenário real.

Fonte: Fernandes (2015).

Uma alternativa a esta visão é usar a OI como um catalisador de sua presença. Aumentar seu prestígio dentro destas organizações, portanto, equivale a maximizar sua presença internacional e sua voz nas questões ali tratadas. Outro ponto a destacar é que estas OI criam personalidade própria, através de seus secretários-gerais, que se tornam interlocutores, e não apenas executantes das decisões de seus membros. Observa-se aí tanto um risco para atingir os objetivos nacionais dos países em fóruns cada vez mais multilaterais, mas também uma oportunidade pois, ao incrementar sua representatividade em postos-chave nestes organismos pode-se garantir um aumento de relevância por vezes desproporcional ao seu peso estratégico.

É necessário, pois, identificar a relevância da OI, além da relevância dos países que a compõem. Neste ponto cabe trazer a percepção dos representantes dos NN CAE⁹ sobre as ameaças visualizadas por eles para a CPLP. Observa-se, pelas respostas, que estas ameaças correspondem ao cenário exposto no item anterior em relação ao terrorismo, tráfico internacional, etc. Entretanto, foram ainda levantadas como possíveis ameaças à relevância da CPLP, a desvalorização da língua e consequente aumento da influência de outros atores na região, a falta de uma liderança forte na organização (particularmente conduzida por Brasil, Portugal e Angola), as tensões atuais na Guiné Bissau e Moçambique e possíveis consequências internas de tensões nos países limítrofes (especificamente República Centro Africana e Congo). Isto corrobora a percepção da existência de personalidade própria do OI e consequente existência de ameaças específicas às OI, que influenciam as decisões dos países.

⁹ Consolidação de entrevistas realizadas com representantes dos Núcleos Nacionais do Centro de Análise Estratégica da CPLP, que se encontra no Apêndice 1

A partir destas observações, para analisar objetivamente a representatividade e relevância dos países da CPLP nos diversos OI, é necessário buscar quantificar de alguma forma o peso político que se pode esperar nestes ambientes.

1.2.2. A CPLP na ONU

Usando uma métrica numérica simples, os países da CPLP, em sua vertente defesa, não possuem regularidade na sua participação nos diversos OI, sendo esta bastante condicionada por fatores económicos e mesmo por períodos políticos vividos pelos estados-membros. Pode-se extrair um retrato desta situação a partir do gráfico produzido e apresentado na Figura 22, que mostra os efetivos militares e policiais envolvidos em operações de paz da ONU de 2000 a 2017. O Quadro 2 retrata os efetivos presentes ao mesmo tempo nas diversas missões, não considerando as rotações e trocas ocorridas normalmente a cada seis meses (o que aumentaria o número de participantes, mas não a presença efetiva do país na missão, e consequentemente, sua relevância proporcional).

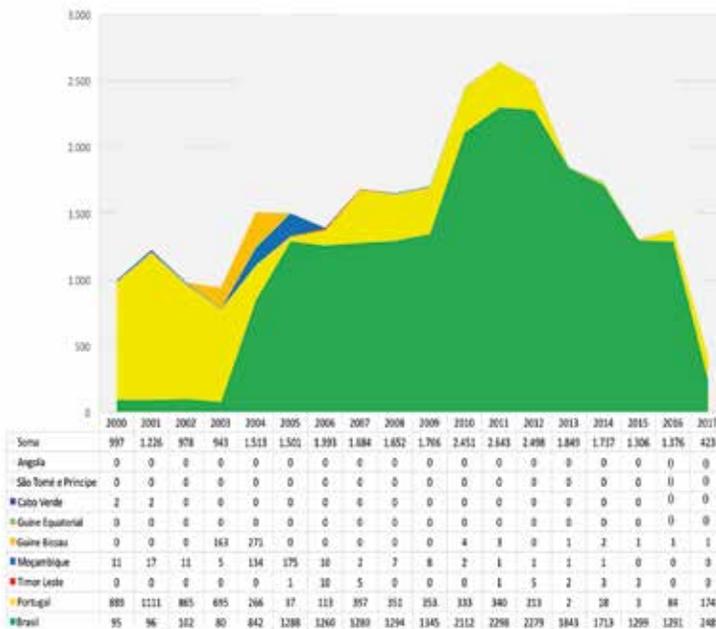


Figura 22 - Efetivos de tropas Países CPLP – ONU.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de UN Peacekeeping (2017).

Analisando as duas figuras, verifica-se a inconstância individual em efetivos, o que se traduz, externamente, como um baixo compromisso político dos países com os valores da instituição apoiada. Observa-se, na Figura 23, que os países da CPLP, especialmente Portugal e Brasil, produzem algum equilíbrio ao longo dos anos, com a alternância destes. Este aspeto constitui-se em uma mais-valia que pode ser explorada pela comunidade, pois minimiza o impacto da diminuição pontual de tropas e pode alterar a perceção da comunidade internacional, se esta participação for associada ao conjunto, e não individualmente a cada um dos países.

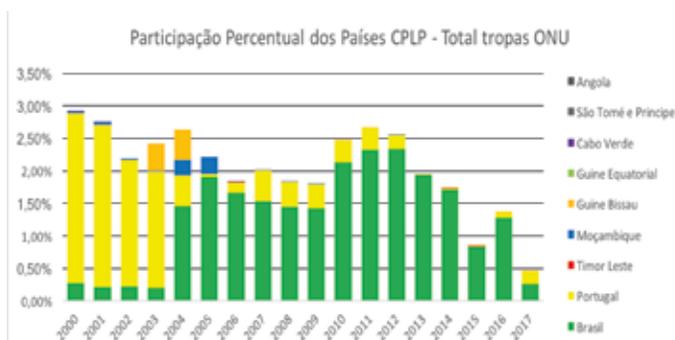


Figura 23 - Contribuição Percentual Países CPLP - Tropas ONU.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de UN Peacekeeping (2017).

No entanto, para analisar os números por trás do gráfico, coloca-se o Quadro 2 (com a evolução dos efetivos da ONU, de aproximadamente 34 mil militares em 2000 para 100.000 em 2014 e para 154 mil em 2015). Ver-se-á que a ONU vem a crescer continuamente seu efetivo de tropas desdobradas, o que resulta na diminuição percentual da representatividade dos países da CPLP (e da sua relevância), mesmo sem diminuição de efetivos.

Quadro 2 - Efetivos Países CPLP - Tropas ONU

Ano	Brasil	Portugal	Timor Leste	Moçambique	Guine Bissau	Guine Equatorial	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe	Angola	Soma	Total ONU	Percentua CPLP
2000	95	889	0	11	0	0	2	0	0	997	34.064	2,93%
2001	96	1111	0	17	0	0	2	0	0	1.226	44.532	2,75%
2002	102	865	0	11	0	0	0	0	0	978	44.528	2,20%
2003	80	695	0	5	163	0	0	0	0	943	38.956	2,42%
2004	842	266	0	134	271	0	0	0	0	1.513	57.331	2,64%
2005	1288	37	1	175	0	0	0	0	0	1.501	67.693	2,22%
2006	1260	113	10	10	0	0	0	0	0	1.383	75.344	1,85%
2007	1280	397	5	2	0	0	0	0	0	1.684	83.225	2,02%
2008	1294	351	0	7	0	0	0	0	0	1.652	89.480	1,85%
2009	1345	353	0	8	0	0	0	0	0	1.706	94.404	1,81%
2010	2112	333	0	8	0	0	0	0	0	2.451	98.980	2,48%
2011	2298	340	1	1	3	0	0	0	0	2.643	98.952	2,67%
2012	2279	213	5	1	0	0	0	0	0	2.498	97.572	2,56%
2013	1843	2	2	1	1	0	0	0	0	1.849	95.009	1,95%
2014	1713	18	3	1	2	0	0	0	0	1.737	100.044	1,74%
2015	1299	3	3	0	1	0	0	0	0	1.306	154.508	0,85%
2016	1291	84	0	0	1	0	0	0	0	1.376	100.376	1,37%
2017	248	174	0	0	1	0	0	0	0	423	92.682	0,46%
Total	20765	6244	30	386	447	0	4	0	0	27.876	1.467.680	1,90%

Percentual em relação a ONU	1,41%	0,43%	0,00%	0,03%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,90%
-----------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Elaborado a partir dos dados de UN Peacekeeping (2017).

Percebe-se que manter a relevância é mais complexo do que simplesmente manter a participação, passa por aumentar o esforço ao longo do tempo. Incrementar o número de participantes exige mais militares em condições de atender os requisitos de preparação e prontidão. O número é um aspeto, mas não se pode descurar da qualidade, pois a participação consistente, efetiva e profissional é fator de preponderante para garantir a imagem do país na missão. Observa-se neste quadro um risco, pois o envolvimento crescente gera mais responsabilidades, entretanto identifica-se uma oportunidade, com um retorno para o país e suas FFAA em operacionalidade, motivação e preparação dos militares. É um círculo virtuoso, pois além do treino, parte substancial dos recursos para este treino são ressarcidos pela ONU.

A importância desta tradução de relevância em números reside no facto de que postos-chave de coordenação das operações de paz são oferecidos aos países com maior participação (ou com participação mais previsível, constante e consistente). Postos de lideranças operacionais e estratégicas no *staff* das missões colocam altos chefes militares em treino constante, melhorando a sua preparação para bem conduzir os destinos das FFAA de seus países. Estes postos têm impacto significativo na condução

estratégica das operações, possuem visibilidade sobre seus efeitos e, ao fim e ao cabo, projetam a posição da nação com uma visibilidade difícil de atingir apenas com forças no terreno. Apresentam, pois, impacto nas dimensões militar e político-estratégica.

1.2.3. A CPLP noutras Organizações Internacionais

Não é apenas na ONU que a CPLP e seus integrantes buscam relevância e reconhecimento. Também participam ativamente de outras OI e esta participação implica despendimento de recursos humanos e materiais. Novamente os diferentes pesos políticos, localização geográfica e interesses regionais fazem com que os estados-membros da CPLP se envolvam em OI diferentes, diversas e com interesses por vezes conflitantes.

Neste capítulo serão analisadas somente as participações em OI que possuem vertentes de defesa, pois são nestas que seus membros são instados a empenharem tropas em apoio à estabilização de regiões ou países de interesse.

Ver-se-á que os países-membros da CPLP são ativamente engajados com a paz e segurança em suas áreas próximas.

A União Europeia, da qual Portugal é membro, conduz atualmente 6 missões militares e 10 missões civis por meio da Common Security and Defense Policy (CSDP) (Flot, 2017), com o objetivo de gerir crises em países de interesse (de cariz humanitário ou de segurança regional), conforme pode-se observar na Figura 25.

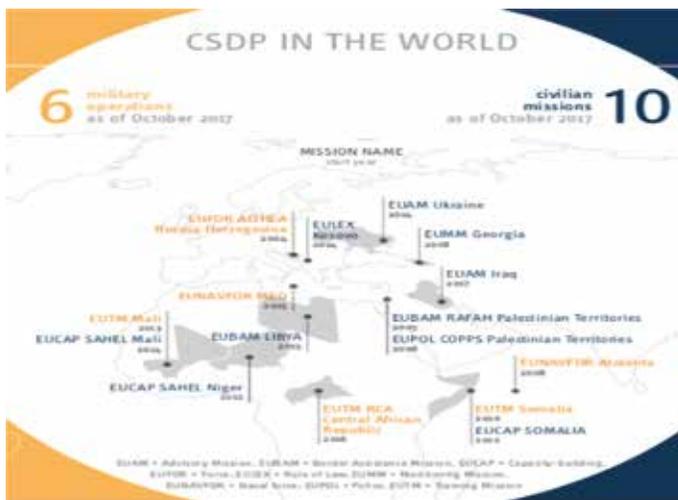


Figura 24 - Missões da CSDP (por ano de início).

Fonte: Flot (2017).

Destas, Portugal participa em 3 missões (República Centro Africana, Somália e Mali), o que mostra seu compromisso e esforço empreendido.

Portugal participa ainda na OTAN com elementos destacados em operações no Kosovo, Iraque, Afeganistão e no Mediterrâneo (Operação *Sea Guardian*). (EMGFA, 2017)

A União Africana (UA) integra todos os países africanos (da CPLP participam Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

A UA vem a aumentar progressivamente a sua participação em operações multinacionais, com a criação da Divisão de Operações de Suporte à Paz (*Peace Support Operations Division – PSOD*) e a estruturação de uma Força Multinacional (*African Standby Force - ASF*), que participa em operações com mandato próprio ou com mandatos delegados pela ONU e por outras OI, como se mostra na Figura 25.

African Union Mandated Missions	Deployment timeline
African Union Mission in Burundi (AMIB)	2003 to 2004
African Mission in Sudan I (AMIS I)	2004
African Union Mission in Sudan II (AMIS II)	2004 to 2007
African Union Mission for Support to the Elections in the Comoros (AMISEC)	2006
African Union Mission in Somalia (AMISOM) (2007)	2007 to date
African Union Mission in the Comoros (MAES) (2007)	2007
Africa-led International Support Mission in Mali (AFISMA) (2013)	2013
African led Support Mission to the Central African Republic (MISCA) (2013)	2013 to 2014
United Nations/African Union Hybrid Mission in Darfur (UN-AMID)	
AU - authorized:	
United Nations/African Union Hybrid Mission in Darfur (UNAMID)	2007 to date
Democracy in Comoros	2008
Regional Coordination Initiative against the Lord Resistance Army (RCI-LRA)	2011 to Date
Multinational Joint Taskforce against Boko Haram (MNJTF)	2015 to Date

Figura 25 - Participação da União Africana em Operações de Paz.
 Fonte: PSOD (2016, p. 22).

Na ASF, dois países da CPLP já participaram com tropas: Moçambique, na AMIB, 2003/2004, e a Guiné Equatorial na MISCA 2013/2014.

A Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO, mais conhecida por *ECOWAS*), criada em 1975, tem como participantes Cabo Verde e Guiné Bissau e como parceiros para o desenvolvimento o Brasil (além da China, Alemanha, França Índia e Estados Unidos). No âmbito da Defesa, estabeleceu em 2008 um *framework* de prevenção de conflitos (*ECOWAS Conflict Prevention Framework - ECPF*) para servir de referência aos seus estados-membros no reforço da segurança humana na região (Figura 26). Tem objetivos de criar capacidade para atuar em prevenção e resolução de conflitos e reconstrução da paz, com mecanismos diplomáticos e de mediação. (ECOWAS, 2017)



Figura 26 - ECOWAS - países participantes.

Fonte: GBissau.com (2018).

Entretanto, de acordo com o próprio documento, esta implementação carece de abordagem estratégica, dado ter uma coordenação interna fraca e subutilização das capacidades. Esta ambição da ECOWAS mostra-se como um palco interessante para os países da CPLP aumentarem sua influência nesta OI, ao cooperarem com a experiência que adquirem em seus treinos e atuações em missões de paz (ECOWAS, 2017).

A CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central, criada em 1983, da qual participam Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, possui o *Mécanisme d’Alerte Rapide en Afrique Centrale* (MARAC), que implementou a Força Multinacional na África Central (*Force Multinationale en Centre Afrique - FOMUC*), força encarregada de cumprir missões de manutenção de paz, de segurança e de assistência humanitária. As directivas foram assinadas em Malabó (Guiné Equatorial) em 2002. A CEEAC mantém uma missão de manutenção da paz na República Centro Africana desde 2002 (CEEAC, 2017), possuindo o apoio das Nações Unidas, União Africana e outras organizações regionais. Em setembro de 2017 São Tomé e Príncipe sediou reunião para traçar os rumos desta força multinacional até 2020 e comprometeu-se a contribuir com pessoal (CEIRI Newspaper, 2017).

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community – SADC*), da qual participam Angola e Moçambique, teve papel ativo em operações de paz no seu entorno regional. Ressalte-se a missão de paz na República Democrática do Congo e no Lesoto (1998-1999), onde Angola participou com tropas. Do Plano de

Segurança e Defesa da Comunidade (*Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation*), vale ressaltar o objetivo 6, de “desenvolver uma capacidade regional para participar de operações de paz, criar um centro de treinamento para operações de paz e promover a interoperabilidade de equipamentos militares”; e o objetivo 7, de “alargar as capacidades de resposta a desastres e assistência humanitária”. (SADC, 2004). Desde 30 novembro 2017 Angola possui 160 militares em batalhão multinacional na Missão de Paz conduzida pela SADC no Lesoto.

Na América Latina, o Brasil participa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e participou, até março de 2019, da União de Nações Sul-Americanas. Dentro da OEA, o Brasil participa com frequência de missões de paz e humanitárias, tendo inclusive participado como mediador no conflito Equador-Peru (1995-1998). A participação mais recorrente é na atividade de desminagem. A UNASUL possui um domínio de defesa, com um Conselho de Defesa estabelecido e um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, onde uma das atribuições é compartilhar conhecimentos na área de Operações de Paz e Humanitárias. (UNASUL, 2008). Acredita-se que o PROSUL possuirá esta mesma estrutura.

Observa-se, em síntese, o posicionamento da CPLP de acordo com a Figura 27, com a sobreposição de interesses de diversas OI dispersando esforços e recursos.

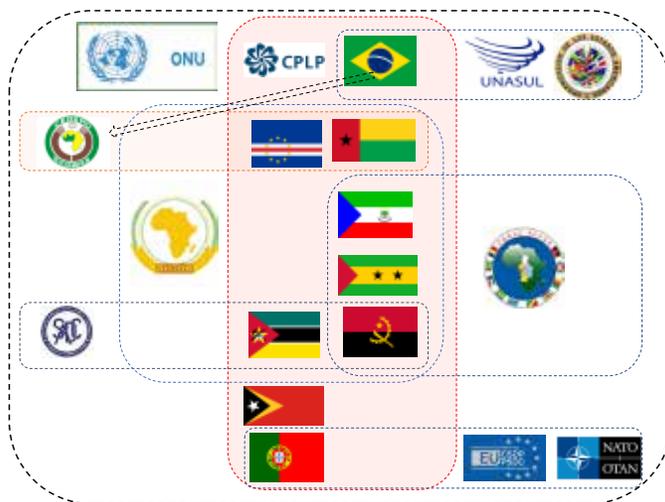


Figura 27 - Participação dos países da CPLP em OI com estruturas de defesa

Outro ponto a ressaltar é o movimento crescente da comunidade internacional em estabelecer ligações mais fortes entre organizações multilaterais, como forma de obter resultados mais rápidos. Prova disso são os recentes memorandos de entendimento realizados entre a CPLP e a ONU, a UE, a União Latina, entre outros. (CPLP, 2000) (CPLP, 2007) (UN, 2017). Estes acordos estão baseados na percepção do menor custo em dialogar entre organizações do que individualmente entre países e na menor resistência que os países apresentam em apoiar uma atividade quando os custos (humanos e materiais) são repartidos.

1.3. SÍNTESE CONCLUSIVA

O mundo encontra-se em período de instabilidade, onde a multipolaridade trouxe à cena diversos atores regionais, com interesses próprios e por vezes conflituosos. O crescimento dos atores regionais dificulta a atuação dos OI, nomeadamente os de maior vulto, como a ONU, e estão a exigir maior comprometimento das organizações regionais, como a CPLP. A tendência para a próxima década é de aumento dos conflitos, e não diminuição. A má administração destes conflitos compromete mais do que os próprios países, mas todo o seu entorno, particularmente pela dificuldade de manter o progresso local sem um sistema comercial estável e crescente, uma vez que comércio depende não apenas da estabilidade interna, mas da estabilidade de onde um país importa, estabilidade de para onde ele exporta e estabilidade das linhas de comunicação entre eles.

Ao longo deste capítulo mostrou-se que, no contexto de suas ZTC, os países da CPLP necessitam atuar de forma preventiva e pró-ativa para evitar instabilidades que prejudicam o desenvolvimento regional. A participação em Operações de Paz e Humanitárias reveste-se de caráter geoestratégico, maior inclusive do que o papel humanitário que de forma geral se atribui a este tipo de atividade, e que irá trazer melhorias concretas para a segurança e também para o desenvolvimento nacional e regional.

A participação dos países da CPLP em operações de paz e humanitárias, no entanto, não é constante. Portugal e Brasil tem uma presença mais expressiva, Angola possui alguma expressão no contexto regional de África. Entretanto, pelo facto desta participação estar dispersa em diversos organismos regionais diferentes, os países da CPLP têm dificuldades em ser significativos em todos estes fóruns.

Vincular as participações individuais à Comunidade pode ser atalho para o aumento da percepção internacional de comprometimento, e por consequência do prestígio de cada um de seus integrantes. Isto pode ajudar a incluir a CPLP no rol das entidades com representatividade mais alargada para defender os interesses comuns, tendo impacto tanto na dimensão militar como na dimensão político-estratégica. Importante ressaltar que não se prevê que a participação numérica seja aumentada dramaticamente nos próximos anos, o que conduz a necessidade da presença possível ser efetiva, competente e diferenciada. Para isto, cresce ainda mais de importância possuir tropas treinadas e capacitadas.

Sintetizando, o comprometimento da CPLP com a solução de problemas securitários e humanitários se traduz em estabilidade regional e melhores possibilidades de progresso para todos os envolvidos, e como tal necessita ser trabalhada não apenas no enfoque da defesa, mas numa visão global dos interesses do país. A CPLP pode, portanto, servir como um espaço de intermediação entre os diversos blocos econômicos.

2. A DEFESA NA CPLP – ESTRUTURA E PREPARAÇÃO PARA ATUAR EM OPERAÇÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS

2.1. POLÍTICAS DE DEFESA DOS PAÍSES-MEMBROS

Usando a definição expressa em documentos da CPLP, que refletem o entendimento comum desta comunidade em relação a estes conceitos, Defesa é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de caráter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a sua segurança.

Os grandes documentos que sistematizam a Defesa em um país são a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

A PND é o documento de mais alto nível do planeamento de defesa. Estabelece objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos sectores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional em prol da defesa nacional. (Brasil, 2012). Apesar de esta definição ser do governo brasileiro, pode ser usada de forma ampla, pois basicamente atende aos pressupostos da grande maioria das democracias atuais. Por vezes estes documentos podem apresentar pequenas variações de nome, mas sua essência é identificar os grandes objetivos de defesa, análises dos ambientes interno e externo e a estratégia que o país adotará para atingir estes objetivos.

A END é um documento que estabelece diretrizes para a adequada

preparação e capacitação das Forças Armadas, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. Apesar de ter o foco mais voltado para a aplicação militar (podendo ser considerado um documento um nível abaixo do anterior), vários dos países da CPLP consolidam tanto a política como a estratégia em um mesmo documento.

Ao analisar as PND e as END dos países da CPLP, observa-se, em todas elas, referências ao papel das FFAA no desenvolvimento e na política externa de seus países.

Angola, no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional, elenca para suas FFAA, além do papel de fiscalização das fronteiras e manutenção da estabilidade interna, o papel de vetor da política externa do Estado para satisfazer compromissos internacionais e fazer face às situações que afetam a segurança regional, continental e internacional. O Ministério da Defesa Nacional é, ainda, o organizador da estrutura da Defesa Civil de Angola nas atividades de proteção da população em situações de catástrofe (Angola, 1993).

A política de defesa nacional brasileira pontua que ser um país pacífico não significa ser passivo e indefeso. Por isso, deve-se investir numa capacidade militar de dissuasão que possibilite reagir não apenas contra ameaças externas convencionais, mas também contra riscos contemporâneos como o terrorismo, o crime organizado transnacional, a pirataria e os ataques cibernéticos. (Brasil, 2012) Em reforço a este ponto, o Brasil investe há muitos anos em sua participação em OI como instrumento de política externa. Em 2017 o Brasil celebrou 70 anos de participação em missões de paz: cerca de 50 mil militares e policiais que participaram de mais de 60% das as operações da ONU. (Hamann, 2016)

Cabo Verde aposta na componente de defesa da CPLP para melhorar a visibilidade e a valorização dos países de língua portuguesa no quadro do sistema da ONU e de outras OI. No conceito estratégico de Defesa e Segurança Nacional incentiva a participação da CPLP nos programas da ONU e da UA ligadas a missões de paz, prevenção e gestão pacífica de conflitos e assistência humanitária. (Cabo Verde, 2011)

A política de Defesa e Segurança de Moçambique ressalta o papel de suas FFAA na contribuição da construção e manutenção de uma ordem internacional estável e pacífica (Moçambique, 1997).

O Conceito Estratégico de Defesa de Portugal cita as FFAA como “elementos essenciais para consolidar Portugal como coprodutor de

segurança internacional”. Preconiza os principais riscos e ameaças à segurança nacional, e elenca, entre outros, o terrorismo, a cibercriminalidade, as alterações climáticas, pandemias, incêndios florestais (CEDN, 2013). Prevê ainda “reforçar o Sistema de Proteção Civil, intensificar o aproveitamento de sinergias operacionais entre as entidades responsáveis pelas áreas da segurança interna, justiça e defesa nacional, para melhorar a eficiência e a eficácia do sistema” (PCM, 2013a, p. 36).

A Lei de Defesa Nacional de Timor Leste atribui a suas FFAA o papel de garantes da soberania e de fonte de dissuasão para resolução de conflitos, além de agentes de Proteção Civil em missões de gestão de crises, de apoio a paz e humanitárias (RDTL, 2010).

2.2. O DOMÍNIO DA DEFESA DA CPLP

A CPLP, criada em 1996, institucionalizou o domínio da Defesa em 2006, entendendo este como mais um ambiente de cooperação para consolidar o papel de seus países na comunidade internacional e atingir seus objetivos nacionais.

Ao observar o cenário posto previamente a este capítulo, é importante sublinhar quais as capacidades militares existentes na CPLP para atender os compromissos estratégicos nacionais, individual e coletivamente.

2.2.1. A Estrutura de Defesa dos países da CPLP

As forças armadas dos países da CPLP são diversas, em termos de capacidades e de dimensões. Observa-se na tabela a seguir que nenhum dos países investe um percentual significativo de recursos (em relação ao PIB) e há tendência de queda nestes investimentos na maioria dos países (Quadro 3).

	Gastos em Defesa			Gastos em Defesa			Gastos em Defesa			População	Forças Armadas (Ativos)	Reservistas Estimados	Paramilitares da Ativa
	US\$m			per capita (US\$)			% do PIB			em milhares	em milhares	em milhares	em milhares
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2017	2018	2018	2018
Angola	4,441	2,969	3,233	226	147	110	4,31	3,11	2,1	29,310	107	0	10
Brasil	23,659	23,551	29,406	116	114	142	1,31	1,31	1,41	207,353	335	1,34	395
Cabo Verde	10	11	10	18	19	17	0,63	0,64	0,56	560	1,2	0	0
Guiné Equatorial	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	778	1,45	0	0
Guiné-Bissau	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,792	4	0	0
Moçambique	132	106	91	5	4	3	0,89	0,94	0,74	26,573	11	0	0
Portugal	2,502	2,443	2,445	231	225	226	1,26	1,19	1,15	10,839	31	212	44
São Tomé e Príncipe	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	201	0,8	n.d.	n.d.
Timor-Leste	72	26	25	59	21	20	2,33	0,97	0,94	1,291	1,1	0	0

Quadro 3 - Gastos e efetivos militares dos países da CPLP.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de IISS (2018).

Também se observa que os efetivos são proporcionalmente pequenos em relação a população de cada país. Apesar disso, o papel desempenhado pelas FFAA nos países da CPLP não está a diminuir. Pelo contrário, vem a crescer com responsabilidades atribuídas além das tradicionais de defesa externa. Exemplo é o Despacho do MDN de Portugal, de outubro de 2017, que prevê o reforço da participação das FFAA no apoio à proteção civil, com incremento das capacidades de Apoio Militar de Emergência e passando às FFAA a coordenação das atividades aéreas em situações de incêndios florestais (MDN, 2017). O Brasil também vive esta situação, onde o “apoio à defesa civil” encontra-se definido em lei (BRASIL, 1999) e sua atuação, tanto na resposta a catástrofes, como nos eixos de prevenção às mesmas ocorre com regularidade e envolve expressivos efetivos. Cite-se, como exemplo, as ações de apoio ao deslizamento de terra na região serrana do Rio de Janeiro em 2011, que envolveu 1200 militares, 16 aeronaves e dois hospitais de campanha (EMCFA, 2014).

Angola hoje representa o segundo maior orçamento de defesa da África (menor apenas que África do Sul), possui FFAA numerosas, tem investido em equipamentos (em 2017 recebeu o primeiro dos 12 aviões de combate SU30K adquiridos da Bielorrússia) e tem participado em vários exercícios multinacionais. Ao longo dos últimos anos procura edificar capacidades militares específicas, como em operações especiais (IISS, 2018).

O Brasil, maior força armada entre os países da CPLP, com 335

mil militares, procura desenvolver capacidades próprias de projeção de forças (submarino de propulsão nuclear, aviação de transporte KC390 e capacidades cibernéticas) possui participação ativa tanto em operações de paz como de ajuda humanitária e apoio à defesa civil. Durante 13 anos manteve mais de 1000 militares no Haiti (MINUSTAH) e desde 2011 mantém um contingente no Líbano (UNIFIL) de aproximadamente 300 militares. Além disso mantém 40 militares noutras 8 missões da ONU e duas missões da OEA (COTER, 2017b).

Cabo Verde, com efetivos da ordem de 1200 militares, (Guarda Nacional e Guarda Costeira), destaca entre suas missões, além da defesa do país, a prevenção e combate ao tráfico, ao terrorismo e a participação em operações de ajuda humanitária. Possui ainda presença ativa em exercícios militares conjuntos, não apenas na CPLP, mas também com Espanha, França e EUA (Teixeira, 2013).

As FFAA de Guiné Bissau (Forças Armadas Revolucionárias do Povo – FARP) são com periodicidade chamadas a atuar em atividades humanitárias no seu país e apoiar populações após a ocorrência de catástrofes naturais. Ressalte-se que seu CEMGFA, Tenente General Biagué Na N'Tan, já se manifestou formalmente pelo interesse na integração das FFAA guineenses em missões de paz (FARP, 2015).

As FFAA da Guiné Equatorial são pequenas, (1450 militares - 1100 do exército, 250 da marinha e 100 da força aérea), com limitada capacidade de projeção de poder. Seu principal papel é de segurança interna. Devido às preocupações com a segurança no Golfo da Guiné, tem investido em equipamentos e infraestrutura navais. A maior cooperação técnico-militar continua a ser com a França (IISS, 2018).

Em Moçambique, as FFAA, apesar de pouco numerosas, são esteio para apoio em catástrofes e enchentes, como ocorreu em 2007, 2013, 2015. (UNBrasil, 2015). Possuem ainda papel recorrente no combate à pirataria, mas em termos de operações militares, limitada capacidade de desdobramento além das fronteiras (IISS, 2018).

As FFAA de São Tomé e Príncipe são pequenas (700 militares do exército e 100 da guarda costeira). Apesar disso, tem um papel social importante, com o serviço militar obrigatório que proporciona a promoção dos valores de nacionalidade e civismo, além da aprendizagem de ofícios que abrem oportunidades de emprego na vida civil (Gabriel, 2013a). Importante ressaltar que a localização geográfica de São Tomé é uma destacada mais-valia à CPLP, podendo constituir-se numa importante base de apoio logístico intermediário a países como Portugal e Brasil

para tropas em missões de paz na África Subsaariana.

As FFAA de Timor Leste foram criadas em 2001 e tiveram suas origens nas unidades de guerrilha da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente. Busca manter a operacionalidade tática de infantaria leve e patrulhamento costeiro, ambos suportados pelo apoio de Portugal e Austrália (IISS, 2018). Não possui capacidade de projeção de poder, mas já enviou militares para missões individuais na ONU e em contingentes de Portugal.

2.2.2. A Cooperação em Defesa

Cumpre realçar a centralidade do instrumento da cooperação militar para a CPLP, plasmado na Identidade no Domínio da Defesa, documento dos MDN da Comunidade, onde se cita a vantagem da mobilização cooperativa dos países para operacionalizar e otimizar as respostas multilaterais, pois a resposta militar atual pressupõe a capacidade de se evoluir rapidamente num conflito de uma atitude observadora a uma atitude de coerção, com emprego da força em níveis exigentes (CPLP, 2015).

A cooperação em defesa, apesar de só aparecer oficialmente em 2006, sempre fez parte do quotidiano das Forças Armadas destes países há muitos anos, ligados por laços históricos e origens comuns.

Uma das externalidades positivas que a cooperação trouxe é a formação de conhecimento pessoal. A proximidade e pessoalidade das discussões a partir de reuniões e atividades entre partes que se conhecem, realizaram formações nas mesmas escolas militares, tiveram instrutores em comum cimentou, no ambiente militar, uma característica já presente nos países da CPLP: as semelhanças culturais.

Um dos primeiros factos ressaltados quando se fala de cooperação na CPLP é o idioma comum. Mas este quadro é incompleto. As semelhanças são muito mais profundas que apenas a língua. Os estados-membros, em que pese o papel da imigração em alguns deles, tem todos uma origem comum e uma formação a partir de valores muito próximos. A fim de possibilitar apresentar de forma mais científica algo que para muitos é senso comum, buscou-se trazer dados e fatos. Geert Hofstede¹⁰ realizou extenso trabalho de categorização das dimensões da cultura de um povo, a partir de seis aspetos principais: Distância do poder, masculinidade x feminilidade, aversão ao risco, orientação

¹⁰ Geert Hofstede, psicólogo holandês, nascido em 1928, autor de diversos livros sobre semelhanças e diferenças culturais.

de longo prazo e indulgência. Este modelo é hoje largamente usado em estudos multiculturais. Estes aspetos consolidam a aproximação ou distanciamento da forma de pensar e enxergar o mundo. Na Figura 28 estão listadas as seis dimensões do *Framework* de Hofstede, de análise de semelhanças culturais e partir dele podem ser exploradas outras visões sobre os povos da CPLP.

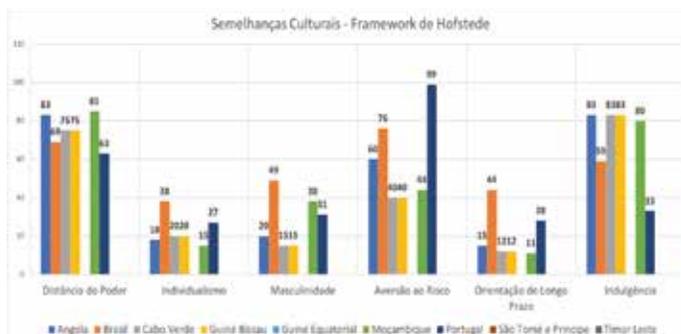


Figura 28 - Framework de Hofstede - Semelhanças Culturais (Guiné Equatorial e Timor Leste não possuem dados).

Fonte: Hofstede Insights (2018)

Observa-se, particularmente nos requisitos distância do poder, individualismo e indulgência, valores muito similares em boa parte das nações na CPLP. São características que dizem muito da forma de se portar e de encarar a autoridade, relacionar-se e ter compaixão com o sofrimento alheio. A masculinidade, entendida neste estudo (e explicada por Hofstede) como o nível de competitividade, apresenta valores baixos para todos os países da CPLP, o que mostra a preferência pelo diálogo e busca pelo consenso.

Ver-se-á adiante neste trabalho que estas características (que podem ser traduzidas por empatia, adaptabilidade, busca de consenso) foram ressaltadas na experiência brasileira no Haiti como fundamentais para o sucesso naquela missão. Portugal, em operações que realiza sob o mandato da ONU ou da OTAN também recebe com frequência referências em relação a esta capacidade de congregar e resolver pelo diálogo.

Na verdade, esta elevada capacidade de adaptação e a “plasticidade amorável¹¹” são destacadas como características do povo português desde há muito que lhe permitem contactar e lidar facilmente com outros povos (Barrento, 2006, p. 1330).

¹¹ Termo cunhado por Jaime Cortesão, poeta e dramaturgo português (1864-1960), que descreve a capacidade eminentemente compreensiva, tanto para comunicar como para aprender do povo português.

Esta analogia de valores, de forma de encarar o mundo e valorização das relações humanas demonstram que as semelhanças dos países da CPLP vão além do idioma comum e mostram o que pode ser considerado uma mais-valia da Comunidade, pela facilidade de dialogar e trabalhar em conjunto.

2.2.2.1. Cooperações bilaterais

São as mais antigas e mais consolidadas no âmbito da CPLP.

Angola já desempenhou papel significativo, particularmente em São Tomé e Príncipe, com forças angolanas de estabilização em solo de São Tomé, além do apoio na formação militar (Gabriel, 2013). Também cooperou com a Missão de Angola em Guiné-Bissau (MISSANG), entre 2011 e 2012, no Programa de Reforma das Forças Armadas Guineenses. (Global Security, 2012)

O Brasil formou e aperfeiçoou oficiais angolanos e moçambicanos na sua Academia Militar. A Marinha do Brasil teve papel ativo no mapeamento que sustentou o pedido de extensão da plataforma continental de Angola e no treino dos fuzileiros navais de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde.

Portugal tem o modelo mais consolidado de cooperação, atuando nas áreas de capacitação institucional, ensino, assistência hospitalar e doação de material, além de parcerias na área de segurança marítima e integração em contingentes de operações de paz e humanitárias. Vale destacar o papel de estruturação das Academias Militares de Angola e Moçambique e a formação em escolas militares portuguesas, além das cooperações em Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Como exemplos cita-se os projetos de engenharia militar, que nos últimos 20 anos permitiu a formação de centenas de jovens na construção civil em São Tomé e Príncipe (Gabriel, 2013).

2.2.2.2. Cooperações multilaterais

Na área de cooperações multilaterais, observa-se a necessidade de um longo caminho a percorrer. O destaque vai para os Exercícios “Felino”, analisados no próximo capítulo. Cita-se ainda o Centro de Análise Estratégica (CAE), ambiente de discussão e investigação na área de defesa, os Fóruns de Saúde Militar, as Conferências das Marinhas, as reuniões periódicas de Ministros de Defesa Nacional (MDN), de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e de Diretores de Política

de Defesa Nacional (DPDN). Não se deve subestimar a importância destas reuniões pois, mais do que atividades burocráticas, podem se traduzir em aproximação de interesses e objetivos, previsibilidade de canais de comunicação e possibilidade de criação de um arcabouço jurídico e legal conjunto para fazer face aos desafios (Seabra, 2017).

Em 2017 importante passo foi dado, com a criação do Colégio de Defesa, para constituir um fórum especializado de formação e capacitação de militares e civis dos países-membros (CPLP Defesa, 2017).

Cite-se ainda o projeto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe. (CPLP, 2017). Este ponto é fundamental por procurar tratar com antecedência os procedimentos necessários para deslocar tropas de apoio humanitário e pavimentar o caminho para uma resposta atempada, o que se traduz na percepção, por parte da comunidade internacional, do comprometimento da organização.

Há ainda, expressa em duas reuniões de MDN, a intenção (e um rascunho do memorando de entendimento) de criação de um centro de excelência de formação de formadores da CPLP em operações de paz (RMDN/CPLP, 2008) (RMDN/CPLP, 2009). Estas intenções, apesar de ainda não terem se concretizado, são indicadores da vontade de capacitar a CPLP. Mas são também um indicador importante que, se no âmbito militar as iniciativas são diversas, a falta de envolvimento político para dinamizar as decisões e concretizá-las é uma realidade que precisa ser encarada como um entrave ao crescimento do domínio da defesa.

A partir da consolidação de entrevistas realizadas com o CAE e com os Núcleos Nacionais de Moçambique, Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (tabulada no Apêndice 1) observa-se que a visão de cooperação multilateral não é consensual em relação a sua eficiência, devido à complexidade de implementação por interesses que possam colidir. Entretanto, são vistas como vantajosas do ponto de vista da partilha de custos e para evitar sobreposição de esforços. Apesar da implementação existente hoje ser vista por parte dos entrevistados como insuficiente, não se vislumbram muitas outras formas de cooperação a implementar. Há uma prevalência no sentido de aprofundar a cooperação de ensino, com maior integração entre Academias Militares e universidades. Um ponto a destacar é a visão do diretor do CAE de estimular a criação de uma força militar conjunta permanente, mas que não apresentou eco nos demais NN ouvidos, exceto no de Moçambique.

Não se encontram projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) conjuntos na cooperação. Devido ao potencial comercial da CPLP (ver Figura 1), o mercado que se abriria para produtos de defesa, além das próprias FFAA, pode tornar sustentável muitas iniciativas de incremento de tecnologia e modernização militar. Este fato pode ser comprovado pelo projeto KC390, da Força Aérea Brasileira. Apesar de não haver uma cooperação formal entre os centros de pesquisa dos países da CPLP, a EMBRAER, empresa encarregada do projeto, fez parceria com (e inclusive adquiriu parte de) uma empresa portuguesa (OGMA S.A.) para utilizar o potencial industrial e o acesso ao mercado europeu no desenvolvimento da aeronave, demonstrando que o mercado, mais rapidamente que os países, percebe a vantagem de cooperar e aproveitar as mais valias de localização, acesso a rotas e acordos de comércio, e da presença efetiva para alavancar iniciativas a um custo mais baixo.

As cooperações multilaterais são, como explicitado, menos abrangentes que as bilaterais, mas devem ser estimuladas, pois têm maior impacto político-estratégico. São mais complexas de implementar, demandam maior tempo de negociação, mas atestam a maturidade da organização. A CPLP deve ser mais do que um espaço multilateral onde se promovem relações bilaterais (Amador, 2017, p. 41).

2.3. A CAPACIDADE DA CPLP PARA ATUAR EM OPERAÇÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS

2.3.1. Operações de Paz e Humanitárias

Cumprir iniciar apresentando alguns conceitos que norteiam as atividades de Operações de Paz e Ajuda Humanitária, para que se possa tratar do assunto a partir de uma mesma base.

As Operações de Paz (*Peacekeeping Operations*) são o instrumento criado pela ONU para intervir em áreas de conflito a partir do princípio da preservação do interesse coletivo (Thakur, 2006, p. 2). Manter a paz e a segurança internacional é um dos três pilares fundamentais da ONU, ao lado da promoção do desenvolvimento e da garantia da observância dos direitos humanos.

Desde 1948, quando foi empregada para “observação da paz” na fronteira árabe-israelense (UNTSO – *UN Truce Supervision Organization*) e em 1949 na fronteira entre Índia e Paquistão (UNMOGIP – *UN Military Group*

Observer in India and Pakistan), teve diversos formatos, no que Ramesh Thakur chama de “gerações de operações”, expandindo o nível de participação e os poderes de atuação delegados. Estas “gerações” caracterizaram a transformação do papel desempenhado pela comunidade internacional frente a conflitos regionais, que evoluíram da simples observação da paz para uma interposição de forças entre beligerantes, posteriormente crescendo para um formato de manutenção da paz e, com o fim da guerra fria, com a imposição da paz em vários conflitos. Posteriormente, percebeu-se a necessidade de também realizar a reconstrução dos países pós-conflitos, e isto, ainda que não seja atividade propriamente militar, necessita da força armada para assegurar o ambiente seguro e estável que as diversas organizações envolvidas necessitam para poder realizar seu trabalho.

A evolução de papéis descrita acima passou a exigir às tropas que executassem funções como desarmamento, desmobilização, reintegração de ex-combatentes, monitoração de violação de direitos humanos, organização e condução de eleições, dentre outras. Hoje já se encontra em andamento a sexta geração das operações de paz (Thakur, 2006, pp. 37-43), complexas, multifacetadas e abrangentes, com componentes civis e militares. Também cresceram em termos de números: são mais de 150.000 militares e policiais de 120 países empregados em 16 missões, envolvendo orçamento de mais de 8 mil milhões de dólares (UNNC, 2017).

Atualmente, o conceito de missão de paz expandiu-se para além da ONU, sendo utilizado como instrumento por diversas OI, pois cada vez mais se percebe a importância da paz para o progresso.

As Operações Humanitárias (ou operações de ajuda humanitária) são aquelas concebidas especificamente para aliviar o sofrimento humano, decorrente de desastres que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade. Caracteriza-se por complementar, com a utilização de meios militares, o esforço de resposta a desastres do governo e de Organizações Não Governamentais (ONG) (Coutinho, 2014). Também estas se tornaram recorrentes, solicitadas por OI ou pela iniciativa isolada de países, pelo entendimento das nações da importância da solidariedade e da urgência em mitigar o sofrimento humano. Nestas também se verificou a necessidade do soldado para atender demandas de segurança, mobilidade e comunicações em ambientes que muitas vezes se assemelham a campos de batalha.

São para atender estes tipos de operações militares, com estas características, serviços e especificidades, que a CPLP se propôs a preparar

suas forças armadas, para apoiar seu entorno regional e utilizá-las como instrumento de projeção da imagem de comprometimento da comunidade com a segurança e paz internacionais.

2.3.2. Os Exercícios “Felino”

De todas as cooperações elencadas, por seu estreito relacionamento ao tema aqui discutido, será dado destaque a uma das iniciativas concretizada ainda antes de se criar um domínio de defesa na CPLP: os exercícios denominados “Felino”, cuja inspiração foi a ainda não concretizada possibilidade de formação de um batalhão multinacional para atuar em Operações de Paz e/ou Humanitárias. Este objetivo, como veremos, permeia toda a concepção dos exercícios e treinos, está no foco dos cenários, mas não conseguiu, até os dias atuais, ultrapassar o domínio da defesa e entrar na agenda da dimensão político-estratégica da CPLP. Perceber o porquê deste distanciamento e encontrar ações e atividades que englobem a dimensão política pode ser o gatilho que falta para a concretização desta aspiração de tantos anos.

Foi criado no ano de 2000 e o planejamento deste exercício é bial: no primeiro ano do ciclo são elaboradas as Especificações do Exercício (ESPEXE) e o mesmo realiza-se na modalidade de Exercício de Estado-Maior. No segundo ano o exercício realiza-se na modalidade de Forças no Terreno, com a adaptação das ESPEXE à realidade do país onde será executado. Ao longo destes 18 anos já se realizaram 17 exercícios, não tendo sido realizado o de 2011.

Em ambos os formatos de Exercício estão previstas duas estruturas básicas: uma para controle, coordenação e direção, denominada DIREX e outra para o planejamento e resposta aos eventos criados, denominada Audiência de Treino, que constitui o Estado-Maior da Força Tarefa Conjunta e Combinada (EM da FTCC). Esta estrutura permite coordenar em alto nível o exercício e partilhar experiências entre os diversos atores (Marinho, C.W., entrevista presencial, 11 de dezembro de 2017).

Desde 2004 foi convencionado que apenas Angola, Brasil e Portugal sediariam exercícios com tropa no terreno, ficando estes países ainda responsáveis por apoiar a realização dos exercícios de estado-maior nos restantes países. O motivo está consolidado no capítulo anterior, onde se observou a grande assimetria de capacidades das FFAA dos países da CPLP. Esta rotatividade colabora com a redução de custos e perenidade da atividade. O histórico de realização encontra-se no quadro 4.

Quadro 4 - Sede Exercícios Felino

Ano	País	Ano	País
2000	Portugal	2009	Moçambique
2001	Portugal	2010	Angola
2002	Brasil	2012	Moçambique
2003	Moçambique	2013	Brasil
2004	Angola	2014	Timor Leste
2005	Cabo Verde	2015	Portugal
2006	Brasil	2016	Cabo Verde
2007	São Tomé e Príncipe	2017	Brasil
2008	Portugal	2018	São Tomé e Príncipe

Fonte: Marinho (2017).

Uma análise ao longo dos anos dos Exercícios Felino mostra a evolução e alinhamento com cenários mais complexos que simulam os desafios enfrentados em operações de paz e humanitárias. As informações aqui apresentadas sobre os exercícios são compilação e análise dos documentos de planeamento dos mesmos, cedidos pelo Ministério da Defesa do Brasil.

Desde sua primeira edição, o cenário apresenta tropas multinacionais conjuntas, formadas por todos os países da CPLP. A partir de um estudo das ESPEXE, dos cenários e das matrizes de incidentes, procurou-se traçar as evoluções mais relevantes em termos de treino de novas capacidades e busca de relevância militar e politico-estratégica. Como os documentos são extensos, optou-se por resumir as principais inovações e contributos, consolidando-os nos Quadros 5, 6 e 7, e nas Figuras 29 e 30.

Quadro 5 - Inovações e Contributos das Operações Felino 2005 - 2009

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2005 Exercício de Posto de Comando (Cabo Verde)	- Criação, pela ONU, de uma Missão de Pacificação para interromper uma guerra civil e garantir o processo de independência de país fictício ocupado por potência regional.	- Cenário com semelhanças ao quadro vivido pelo Haiti naquele período e anteriormente em Timor Leste	- Trouxe realismo à discussão, pela possibilidade de identificar lições aprendidas do passado passíveis de ser utilizadas no futuro.
Felino 2007 Exercício de Posto de Comando (São Tomé e Príncipe)	- Participação da CPLP (batalhão multinacional) como mediadora de conflito em país de língua portuguesa em guerra civil, embates entre milícias e com campos de deslocados em países vizinhos.	Problemas Militares Simulados (PMS): - fiscalizar acordo de cessar-fogo; - garantir Ajuda Humanitária a deslocados; - garantir a livre circulação de pessoas e bens; - desarmar, desmobilizar e reintegrar (DDR) milícia; - reorganizar as FFAA; - criar condições para a realização de eleições livres;	- Primeira tentativa de sensibilizar e levantar questões para o papel diplomático e militar que se pode e deve exercer no ambiente lusófono. - PMS alinhados com as funções de sexta geração das missões de paz.
Felino 2009 Exercício de Posto de Comando (Moçambique)	- Criação de uma Força Tarefa (FT) Conjunta e Combinada da CPLP, no nível batalhão	- Em uma FT há estruturas de comando e logísticas mais complexas, exigindo um nível de coordenação mais sofisticado	- O cenário mostra aumento do nível de ambição de treino
		- Previsão de estágio de processo de planeamento operacional e estágio de ações de comando e estado-maior, a serem realizados anteriormente ao exercício	- Apesar de serem atividades internas do país-sede, a inclusão dos estágios e a abertura para outros países demonstram a preocupação com a padronização de procedimentos de planeamento e com formação de lideranças.
		- Criação de estrutura de informações e relações públicas, para garantir a oportuna divulgação do evento não apenas em meios militares	- Acrescenta relevância ao evento no campo político-estratégico

Fonte: FACV (2005) FASTP (2007) FAM (2009).

Quadro 6 - Inovações e Contributos Operações Felino 2010

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2010 Exercício com Forças no Terreno (Angola)	- Nova Estrutura da Força Tarefa (ver fig 29)	- Funções de combate mais complexas (Unidade de Forças Especiais, Unidade de Helicópteros e estrutura de Cooperação Civil Militar (<i>Civil Military Co-Operation</i> - CIMIC))	- Acrescentado novo nível de ambição ao treino
		- Criado grupo com objetivo de harmonizar conceitos e procedimentos entre os países (Grupo de Trabalho Conceitos, Procedimentos Operacionais, Tácticas e Técnicas da CPLP) GT-CPTT-CPLP.	- Essencial para elevar o nível de interação entre as lideranças e dar efetividade aos treinos.
		- Conduzida uma fase académica para assegurar uniformidade e interoperabilidade nas operações	
		- Realizado Estágio de Operações de Paz (EOP) para jornalistas angolanos, com assessoria portuguesa	- Maior projeção mediática do exercício (jornalistas acompanharam o exercício)

Fonte: FAA, (2010).

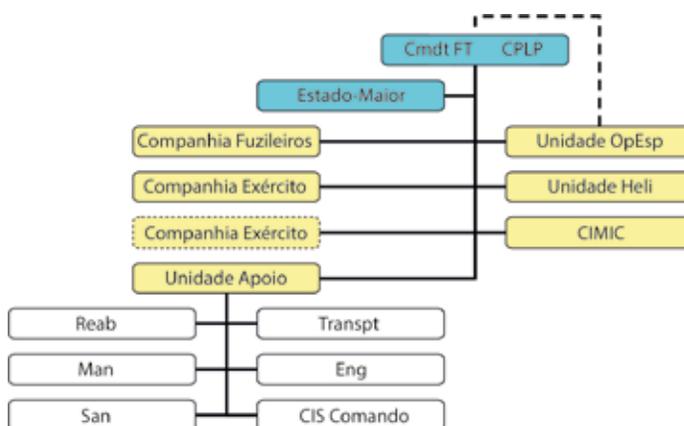


Figura 29 - Estrutura da FTCPLP – Felino 2010.

Fonte: FAA (2010).

Quadro 7 - Inovações e Contributos Operações Felino 2013

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2013 Exercício com Forças no Terreno (Brasil)	- Nova estrutura de Força Tarefa (ver figura 30)	- Incluiu Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), Grupo Tarefa Aérea, companhia de Engenharia e Unidade Médica. Aumentou a dimensão da componente aérea, com meios de asa fixa	- Aumentou em complexidade de coordenação e controle, estimulando o trabalho de estado- maior e treino das lideranças

Fonte: Bernardino (2013, p. 594) FFE (2013).

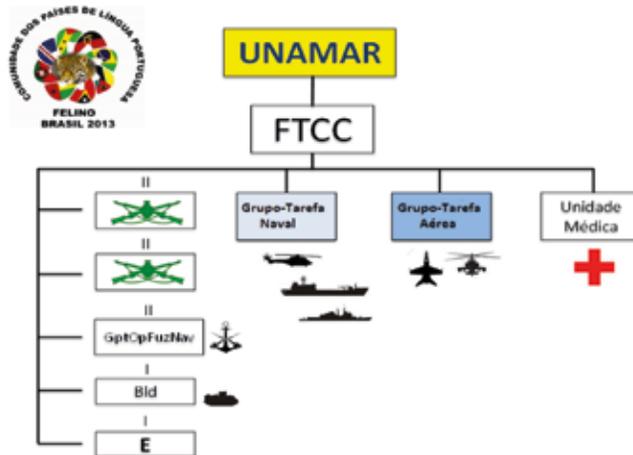


Figura 30 - FTCC CPLP – Felino 2013

Fonte: FFE (2013).

Quadro 8 - Inovações e Contributos Operações Felino 2015-2017

	Cenário e Estrutura	Inovações	Contributos
Felino 2015 Exercício com Forças no Terreno (Portugal)	<p>- Situação de emergência social em país fictício da costa africana. Embates armados nas ruas entre grupos étnicos rivais, atos terroristas, uma grande seca, ações de sabotagem.</p> <p>- Criação de força multinacional para restabelecer a ordem e permitir às organizações de ajuda humanitária atuarem para atender deslocados (70.000)</p>	<p>- Exercício envolveu mais de 500 militares, um batalhão português, uma corveta e uma companhia de fuzileiros da marinha, aeronaves da Força Aérea portuguesa, tropas conjuntas (logística, CIMIC, C2), além da tropa que simulava o oponente.</p>	
		<p>- Manuais da ONU utilizados como referência de doutrina para o Exercício (utilizou-se experimentalmente o <i>UN Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual</i> para apoiar os PMS de Operações Especiais)</p>	<p>- Consolidação da vocação do exercício para atender demandas da ONU, caminhando no sentido de obter validação do mesmo junto ao DPKO</p>
Felino 2017 Exercício com Forças no Terreno (Brasil)	<p>- Força Multinacional de Paz para desmilitarizar fronteiras entre dois países, <i>Buffer Zone</i>, para restabelecer a ordem, proteger civis e manter um corredor logístico para prestar ajuda humanitária</p>	<p>- PMS envolvendo medidas contra dispositivos explosivos improvisados, proteção de infraestruturas críticas, embates com movimentos sociais radicalizados, controle de distúrbios, situações jurídicas, ataques a comboios humanitários, situações de abuso sexual e combate ao tráfico de drogas</p>	<p>- Alternância de cenários, para provocar PMS distintos e estimular o debate</p>

Fonte: EMGFA Portugal (2015) FACV (2016) Marinho (2017) CCOPAB (2018b).

2.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

Observa-se que as FFAA dos países da CPLP são legalmente as guardiãs dos Estados, não apenas frente inimigos estatais externos, mas também instrumentos de soberania, resguardo dos interesses estratégicos do país e do bem-estar de sua população.

Individualmente possuem recursos limitados, efetivos reduzidos em relação às suas populações e capacidades ainda a serem desenvolvidas. Além disso, observa-se uma grande assimetria de capacidades das FFAA dos países da CPLP. Isto lhes confere reduzida capacidade de atuar efetivamente e de forma relevante no contexto das missões de paz e humanitárias. A cooperação, desta forma, se mostra um recurso essencial para incremento de capacidades e relevância.

As cooperações mais consolidadas estão no nível bilateral, por serem mais facilmente implementadas e necessitarem de menor nível de negociação. Elas, de forma geral, acrescentam valor à criação de capacidades militares e à formação de quadros. Este modelo tem evoluído para cooperações multilaterais e para acordos da comunidade com outros OI, mas ainda carece de muitos passos para se consolidar e isto faz parte do processo de amadurecimento da organização.

As cooperações multilaterais, apesar de ainda em reduzido número já se consolidam em ações de relevo como os Exercícios Felino, os Fóruns e Encontros de Saúde Militar, o recém-criado Colégio de Defesa, a intenção de criar um centro de excelência de formação de formadores na área de operações de paz. Estas ações possuem impacto político-estratégico e tem capacidade de projetar a imagem da CPLP como ator no cenário global.

Não se observam projetos de I&D dentro da CPLP, e isto é uma grande oportunidade de melhoria, pois podem dar sustentabilidade à modernização das FFAA.

Países como Brasil, Portugal e Angola são os que dispõem de melhores condições para conduzir cooperações multilaterais e liderar atividades em seus entornos regionais que interessam a toda CPLP. Quando estes três atores não se envolvem decisivamente para efetivar iniciativas de cooperação, estas dificilmente se concretizarão e reduzirão o peso específico da CPLP tanto internamente na organização quanto na percepção da comunidade internacional.

Neste ambiente visualizado, o conhecimento mútuo entre as FFAA dos países e uma bagagem cultural comum privilegiam a atuação conjunta como um fator para minimizar as deficiências e maximizar a participação nas atividades que seus Estados julguem de interesse para atingir os objetivos nacionais.

Observa-se que as atividades de preparação para participação em operações de paz e humanitárias que a CPLP adota, particularmente nas operações Felino, são um excelente fórum de discussão e aperfeiçoamento doutrinário, além de um ambiente de treino e conhecimento mútuo entre as suas FFAA.

Ao longo dos 17 anos de exercícios muito se evoluiu em termos de conceção do exercício. Cenários realistas, treinos regulares, padronização de procedimentos e aprofundamento do conhecimento das capacidades e limitações mútuas. As diversas realidades dos países auxiliam na criação de cenários mais abrangentes e complexos, compatíveis com as situações que podem se apresentar às tropas. São claros os contributos para o aumento da capacidade militar, particularmente na dimensão militar, e de maneira mais limitada na dimensão político-estratégica.

Não se observam, no entanto, o envolvimento de centros de treino especializados, como o CCOPAB, centro brasileiro de grande reputação na preparação de tropas para operações de paz, que poderia acrescentar expertise e conhecimento aos exercícios, nem a participação de representantes da ONU ou ONG, como a Cruz Vermelha ou Médicos sem Fronteiras, entidades sempre presentes nos cenários que se estão a simular, presenças que dariam mais realidade aos treinos, uma vez que acrescentariam a visão externa (não-militar) sobre os PMS e a repercussão que eles poderiam ter nestas entidades..

3. CONTRIBUTOS PARA O FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DA CPLP EM OPERAÇÕES DE PAZ E HUMANITÁRIAS

A partir do exposto, observa-se que a CPLP vem trazendo às FFAA de seus países-membros oportunidades de cooperação e evolução doutrinária para participação em operações de paz e humanitárias. Procurar-se-á, neste capítulo, sistematizar os contributos atingidos, os que faltam ser implementados e trazer experiências externas à CPLP que possam servir de modelo ou referência para futuros passos.

3.1. ESTUDO DE CASO

O BRASIL E A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE ESTABILIZAÇÃO NO HAITI – MINUSTAH

Pela relevância e proximidade ao assunto, foi elaborado um estudo de caso com os principais ensinamentos colhidos na experiência brasileira durante os 13 anos de missão no Haiti, para buscar trazer boas práticas e lições aprendidas a partir da posição de liderança exercida, que servirão de subsídio às conclusões deste capítulo.

A missão no Haiti não foi a primeira do Brasil, mas tem aspetos bastante peculiares que merecem ser destacados, seja pelo protagonismo alcançado, seja pelos resultados obtidos.

3.1.1. Contextualização

O Haiti, país mais pobre das Américas, tem um longo histórico de problemas, golpes de estado e intervenções. Por ali passaram alguns dos piores ditadores conhecidos, como François Duvalier, o *PapaDoc* e seu filho, Jean Claude Duvalier, o *BabyDoc*, que governaram o país com mão de ferro de 1957 a 1986. Desde o início do século XX, seis missões da ONU foram instaladas no país, sendo a quinta, a MINUSTAH, a que será discutida neste trabalho. Iniciou em maio de 2004 e encerrou-se em outubro de 2017. Recebeu um mandato multidimensional ambicioso, com encargos de criar um ambiente seguro e estável, reformar a polícia nacional haitiana, supervisionar o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) das forças armadas haitianas, apoiar a restauração da lei, da segurança pública e do sistema penitenciário, proteger o pessoal nas Nações Unidas, proteger civis, supervisionar as eleições e promover os direitos humanos (UNSC, 2004).

Além disso, em função do grande terremoto que atingiu o país em 2010, a missão acabou por tornar-se uma grande operação de ajuda humanitária.

O Brasil enviou tropas desde o primeiro dia da missão, e ao longo dos 13 anos da missão, o *Force Commander* (comandante de todas as tropas dos países contribuintes) foi um general brasileiro.

A participação efetiva e comprometida em missão com tantos encargos e a diversidade de atribuições que se sucederam ao longo de todo este período acabam por trazer valiosos ensinamentos na forma de condução de operações de paz e humanitárias, forma essa que difere do que é feito na maioria das missões e que foi reconhecido pela ONU como caso de sucesso.

3.1.2. Razões do Sucesso

Em recente relatório que analisou a participação brasileira, o Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro elencou algumas das razões que levaram ao sucesso da missão. Destes, julga-se relevante destacar os seguintes (Coter, 2017a):

- Treino vocacionado para a pior hipótese (pior cenário);
- Capacidade de pronta resposta obtida por permanente estado de prontidão de parcela significativa da tropa e através do treino exaustivo direcionado ao uso de blindados, aeronaves e patrulhas móveis;

– Emprego da massa sempre, para dissuadir qualquer ameaça e evitar confrontos desnecessários;

– Uso intensivo da inteligência operacional, aquisição de material específico, desenvolvimento de software de Comando e Controle para manter o comandante atualizado das ações em tempo real, uso de destacamentos de operações especiais e de operações de informações como multiplicadores do poder de combate;

– Estrutura de C2 própria, muito superior à exigida pela ONU, com o objetivo de dar consciência situacional em todos os níveis e ainda proporcionar segurança a tropa, além de garantir o acesso à comunicação com a família;

– Ênfase em ações humanitárias e ações de engenharia;

– Eficiência do apoio logístico;

– CCOPAB como centro de excelência de difusão de melhores práticas e certificação do treinamento;

Além destes aspectos, surgem ainda outros não relacionados com a capacidade militar específica, mas que merecem ser destacados por apresentarem um trunfo que pode ser explorado também pela CPLP:

– percepção e sensibilização dos problemas sociais envolvidos;

– uso intensivo do *softpower* (capacidade de resolver problemas via negociação e melhoria das condições de vida da população).

Neste quesito, temos variados exemplos, dos quais vale a pena citar alguns: A decisão de manter os efetivos de uma companhia (120 militares) permanentemente dentro das áreas de maior conflito, para ganhar a confiança da população, pois o modelo de patrulhas periódicas não surtia efeito (a população não se sentia suficientemente protegida para denunciar os rebeldes e as forças adversas). Este modelo reverteu a percepção da população e os resultados se fizeram sentir na pacificação das áreas mais perigosas de Porto Príncipe.

Pode-se citar ainda o “Jogo da Paz” (30 de agosto de 2004), quando o Brasil trouxe a seleção brasileira de futebol para jogar com a seleção haitiana, momento que atraiu a atenção do mundo para a situação do Haiti e que proporcionou visibilidade à missão, aumento de atenção dos mídia, e enorme empatia da população para com a missão, facilitando o trabalho não apenas dos militares, mas de todos os integrantes da MINUSTAH.

Outro exemplo digno de nota foi a decisão dos militares brasileiros, já em processo de rotação de contingente para retorno ao Brasil, de adiarem voluntariamente o seu retorno a fim de auxiliar a população por

ocasião da chegada do Furacão Mathews (2016). Não havia obrigatoriedade, os militares já haviam encerrado sua missão, mas a preocupação legítima com o bem estar da população chamou a atenção dos outros integrantes e particularmente dos haitianos. Exemplos como esses mostram ao país hospedeiro da missão o comprometimento do *peacekeeper*, e geram uma empatia que potencializa o trabalho de pacificação.

Estas atitudes não foram vistas apenas no Haiti, já são reconhecidas como característica do soldado brasileiro, como na citação a seguir referente a atuação em África: “o *softpower* potencializa a projeção de influência da diplomacia brasileira e alinha o papel do Exército com os princípios da política externa do país” (Santa Barbara, 2015). E também pode-se citar as palavras do Diretor para Europa e América Latina do Escritório de Operações do DPKO sobre o assunto: “O BRABAT (Batalhão Brasileiro) é um tipo especial de tropa, difícil de encontrar em missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem a conhece ou tem contato com ela.” (Harland, 2015 cit. por Cotter, 2017a)

Além das boas práticas, este estudo de caso buscou apresentar também o retorno que a participação neste tipo de missão pode trazer a uma força armada. Neste aspeto, Cotter (2017a) elencou:

- Ampliação da capacidade de coordenação de operações conjuntas e interagências
- Aumento da projeção da imagem internacional do Brasil de garante da paz e da segurança mundial
- Incremento da participação de oficiais de alta patente em posições chave em operações de paz em campo e no quartel general da ONU em Nova Iorque
- Aprimoramento da capacidade de apoio logístico extra-territorial
- Melhoria do equipamento individual e coletivo, através das inovações a partir da constatação em situação real do desempenho dos mesmos
- Melhoria da motivação da tropa

Todos estes pontos mostram as vantagens do investimento em enviar tropas para operações e paz e humanitárias, tanto para o treino do soldado como para a preparação dos comandantes no nível político-estratégico. São razões com viés operacional, mas também com apelo político, que demonstram o incremento da representatividade, do prestígio e da dissuasão que um país pode experimentar através desta atividade.

3.2. UM MODELO PARA MISSÕES DE PAZ

Após observar o contexto e peculiaridades das missões de paz e ajuda humanitária, discorrer sobre o que tem sido feito individualmente e também a partir de cooperações bilaterais e multilaterais na CPLP, cumpre a este estudo identificar se o que se faz está alinhado com os objetivos que a comunidade se propôs a cumprir.

Para sistematizar os contributos é necessário trazer um referencial do que se espera das FFAA nestas missões. A efetividade das missões de paz são alvo de críticas ao longo dos 70 anos que se realizam, e diversas análises foram feitas, tanto internamente às OI, como por painéis independentes. São muitos os estudos existentes e vários trazem considerações por vezes conflitantes. Em 2017, no entanto, foi realizado um trabalho amplo e abrangente sobre este assunto, com especialistas cujo currículo inclui grande experiência prática no terreno, em diversas missões de paz ao redor do mundo. Chamou atenção particularmente por apresentar uma avaliação da situação atual dos problemas enfrentados pelos peacekeepers e por descrever medidas concretas para melhoria dos aspetos julgados mais problemáticos.

Será, assim, utilizado como referência, por sua atualidade e pela experiência prática dos autores, o framework de melhorias para tropas que atuam em missões de paz, proposto pelo relatório *Improving Security of UN Peacekeepers*, para analisar as missões da ONU e os problemas que elas enfrentam¹² (Cruz, et al., 2017).

Este relatório, especificamente, foi motivado pelo crescente número de mortes de peacekeepers nos últimos anos, como se pode verificar no gráfico da Figura 31.

¹² Relatório intitulado *“Improving Security of United Nations Peacekeepers: We need to change the way we are doing business”*, conduzido pelo General (retirado) Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-Force Commander da MINUSTAH e da MONUSCO, e por outros nomes com extensa participação em operações de paz, publicado em 19 de dezembro de 2017.

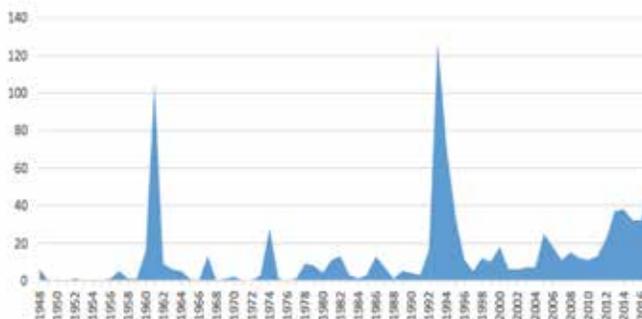


Figura 31 - Operações de Paz - Fatalidades por ano - 1948 a 2017.

Fonte: Cruz, et al. (2017).

O gráfico mostra que ocorreram três momentos de aumento do número de mortes ao longo destes 70 anos. De 1960 a 1962, devido à crise do Suez, que escalou para uma guerra, depois de 1992 a 1996, no massacre de Ruanda e na crise da Somália. Estes dois momentos se caracterizaram por um aumento muito grande de mortes relacionado a factos específicos e o número de mortes decresceu rapidamente a seguir (podendo ser considerados fatos isolados). O terceiro momento, no entanto, inicia-se em 2011, a incidência de mortes está espalhada por diversas missões, cresce a cada ano e não apresenta uma tendência de queda a curto prazo. Na verdade, se mostra como uma alteração de padrão. A conclusão do relatório é que um capacete azul, por si, não é mais uma proteção ao soldado e que se não houver mudanças no *modus operandi* das operações, pode-se esperar mais baixas em futuras operações. (Cruz, et al., 2017) Um indicador que este diagnóstico está correto observa-se na participação portuguesa na Missão de Paz na República Centro Africana (*Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic - MINUSCA*) que apresenta recorrentes episódios de ataque às tropas por grupos armados durante patrulhas. (Rainho, 2018). Nesta mesma missão ocorreu a morte de um soldado e 11 feridos em ataque à base da MINUSCA. (Lusa, 2018)

O *framework* de melhoria proposto no relatório se mostra, portanto, não um acessório desejável, mas um ponto de inflexão necessário para todas as forças que se propõem a participar de operações de paz e humanitárias.

As recomendações estão organizadas a partir de quatro alterações estruturais necessárias, segundo os autores, para atingir a eficácia. Para fins de facilidade de entendimento e objetividade, estas alterações foram sintetizadas na Figura 32:



Figura 32 – Framework do Relatório *Improving Security Peacekeepers Project*.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Cruz, et al. (2017).

Partindo deste modelo, obtém-se parâmetros tangíveis para identificar as principais carências observadas hoje pelas tropas que atuam em operações de paz e verificar se o caminho seguido pela CPLP nas atividades que desenvolve de preparação está de acordo com a visão de especialistas.

Pode-se ainda identificar quais parâmetros carecem de investimento ou atenção específica e buscar experiências de sucesso em outros países e organizações, a fim de orientar as atividades futuras de preparação.

3.3. ANÁLISE DA CPLP FACE AO *FRAMEWORK* DE MELHORIA

3.3.1. Mudança de Postura

A mudança de postura pode ser vista sob vários ângulos, Cruz ressalta particularmente a liderança e a pró-atividade, conforme destacado na Figura 33.



Figura 33 - Mudança de Postura.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Cruz, et al. (2017).

Liderança é exaustivamente treinada nos exercícios militares, e a existência de exercícios periódicos conduzidos pela CPLP, *per si*, é um contributo à melhoria. A experiência de liderança nos altos níveis decisórios das operações em curso (cite-se a brasileira no Haiti e de Portugal no Afeganistão, RCA e Mali), contribuem para dar aos quadros da CPLP a consistência e a capacidade de liderar esta mudança de postura para gerar a pró-atividade procurada pela comunidade internacional.

A pró-atividade citada por Cruz, no entanto, também reside na capacidade de atuar de forma preventiva e não reativa. A reatividade da ONU reside em grande parte na não existência de tropas permanentes na organização, o que tem como consequência a dependência de outros atores. Mesmo em operações humanitárias verifica-se que não há resposta atempada da comunidade internacional, que na maioria das vezes se preocupa em oferecer água e comida, mas que, para ser eficiente, deve estar preparada para atuar de forma mais ampla, em três campos: humanitário, reconstrução e desenvolvimento da região. (Guani & Lockhart, 2009, pp. 105,106)

Para atuar de forma preventiva, as tropas devem ter um tempo de reação menor, e isto envolve mecanismos de acionamento institucional dos países e a situação de prontidão das tropas. Tratar-se-á especificamente da prontidão no item 3.3.4.

Em relação ao acionamento institucional, ressalte-se como um bom passo dado pela CPLP o projeto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe, já referenciado anteriormente (CPLP, 2017).

Padronizar procedimentos e estabelecer regras claras, de forma antecipada, cria o ambiente necessário para a discussão do assunto no nível político-diplomático e elimina entraves para gerar uma resposta pró-ativa e que atenda às necessidades e expectativas da comunidade internacional. Reforça ainda a ideia de que o instrumento militar é um dos meios do país atingir seus objetivos, e que este deve ser acompanhado pelo envolvimento de todos os outros campos do poder (político e diplomático).

A mudança de postura passa ainda pela diversificação da visão do instrumento militar e a cooperação necessária de outros atores. Este aspecto não é observado com a ênfase esperada ao longo das atividades das Operações Felino e em outras iniciativas da CPLP. Ao analisar dois estudos: um da Comissão Europeia de Relações Externas¹³ e outro do painel independente sobre lições aprendidas em mediação e diálogo na União Europeia¹⁴, cita-se com ênfase os ganhos em incluir todos os setores da sociedade na mediação e diálogo antes e durante o conflito para mitigar seus efeitos. (RELEX EU, 2008, p. 203). Cita-se ainda a importância da “experiência geográfica” para compreender o ambiente político e socioeconômico da região. (ECDPM, 2012). Neste ponto a experiência geográfica da CPLP pode ser uma grande mais valia, pois a mesma está presente em quatro continentes. Em todas as regiões com grande potencial de conflito há países da CPLP com boa presença regional e credibilidade para negociar conflitos. Possuir, portanto, quadros treinados e preparados para mediar conflitos além do instrumento militar, aumenta a relevância da comunidade. É necessário, pois, incluir de forma institucional nos exercícios, representantes de outros setores da sociedade. Isto representa um incremento de capacidade e relevância, tanto na dimensão militar como politico-estratégica.

Neste ponto a CPLP ainda tem um caminho a percorrer, e um local de identificação de boas práticas, tanto de treino como de montagem de exercícios são os Exercícios de Posto de Comando de Operações de Manutenção da Paz – Américas (PKO-A), conduzidos anualmente há mais de duas décadas pelo Comando Sul dos Estados Unidos da América. Ele provê um fórum para militares, agências governamentais e ONG, além de representantes de OI, inclusive a ONU, que envia altos representantes para participar de debates sobre melhores práticas frente a PMS (US Army, 2011). O Brasil participou em praticamente todas as edições, sendo anfitrião em 2005 e 2011.

¹³ From Early Warning to Early Action? – The debate on the enhancement of the EU’s Crisis Response capability continues. European Commission 2008

¹⁴ Glass Half Full: Study on EU Lessons Learnt in Mediation and Dialogue – ECDPM 2012

Outro local de possível aprendizagem são os exercícios conduzidos pela ASF, como o Amani Africa II - 2015, que envolveu militares, policiais e civis em duas fases, a primeira para desdobrar uma *Rapid Deployment Capability* (RDC), como precursora de uma missão de intervenção em país fictício para cessar hostilidades, seguida de mudança de mandato para uma Missão de Suporte à Paz (*Peace Support Operation*). Realizada em três níveis, estratégico em Adis Ababa (Etiópia), operacional e tático (tropa no terreno) em Lotaha (África do Sul), contou com representantes, além dos países da UA (entre os quais tropas de Angola e Moçambique), da ONU e da NATO (UNOAU, 2015). Não houve, entretanto, representantes da CPLP como observadores neste exercício, apesar de haver representantes de diversos países, como Canadá e Inglaterra. Um importante passo na consolidação da CPLP pode ser participar como entidade observadora de atividades como esta. Isto pode incrementar a percepção internacional da comunidade como um organismo com uma vertente de defesa atuante.

Isto se constitui em uma lacuna para a comunidade, tanto em termos de visibilidade, e mais importante, como instrumento de identificação de boas práticas e acompanhamento do treino de tropas de países que podem ser parceiros em futuras missões.

3.3.2. Aumento da Capacidade Militar

A edificação de capacidades conforme Cruz (2017) discorre em seu estudo, passa pela aquisição de equipamentos, mas não é apenas isso. Ela corresponde à criação de todo o ambiente necessário para que elas possam ser implementadas. Este ambiente pode ser entendido pelas áreas de criação de capacidades militares: Doutrina, Organização, Adestramento (treino), Material, Educação e Infraestrutura. (EB, 2014), que perpassa todo o espectro da forma como se emprega uma tropa.

Observando o modelo de Cruz(2017), são elencados dois pontos fundamentais: incremento da tecnologia e equipamentos e o uso intensivo da inteligência operacional. (Figura 34).



Figura 34 - Aumento da Capacidade Militar.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Cruz, et al. (2017).

Trazendo esta realidade para a CPLP, as Cooperações Técnico Militares já citadas, particularmente as conduzidas por Portugal, são provavelmente a melhor experiência de aumento de capacidade militar que a CPLP apresenta hoje para os estados-membros, não necessariamente focadas especificamente em Operações de Paz e Humanitárias, mas que contribuem para este fim. Atuam em vários dos fatores da criação da capacidade, especialmente Doutrina, Organização, Treino e Educação. Há atividades específicas de doação de material, mas que não são relevantes no nível que se está a discutir.

Não apenas a CPLP, mas diversas nações enfrentam o problema de aumentar suas capacidades de projetar forças para atender os compromissos internacionais. Observa-se, ao longo dos anos, a formação de modelos de partilha operacional, ou seja, formação de tropas multinacionais que agregam capacidades de diferentes países num único batalhão. A coerência de doutrinas, a partilha do idioma e a lógica redução de custos associadas tornam este modelo de grande apelo para a CPLP.

De 2004 a 2015, dos quase 120 países que contribuem com tropas em missões de paz, 25% participa em partilha operacional, um modelo que varia da completa integração dos seus elementos dentro das subunidades e pelotões (*composite* - composição) à simples justaposição de tropas independentes (*attachment* - anexação) com um comando superior único. Modelos intermediários passam pelo compartilhamento do comando da unidade com subunidades independentes (*co-deployment* - co-desdobramento) e pela adição de capacidades especializadas dentro de

unidades (*embedding* - incorporação). Estes modelos podem ser utilizados de acordo com o nível de integração existente entre as tropas, o interesse de cada país em participar ativamente de uma missão, ou apenas colaborar com um outro país membro, e mesmo o interesse em adestrar, para cargos específicos, militares de suas forças armadas.

Entre as vantagens, está o aumento da coesão entre os participantes, o reconhecimento internacional de sua responsabilidade e papel ativo no cenário internacional, além de melhorar a imagem de legitimidade da missão como um todo. (Daniel, et al., 2015). O Brasil já realizou experiências de partilha, incluindo no batalhão de força de paz no Haiti um pelotão paraguaio e posteriormente um pelotão canadense (nenhum da CPLP). Portugal já incluiu em seu contingente na UNIFIL um pelotão de Timor Leste.

Estes modelos estão exemplificados na Figura 35.

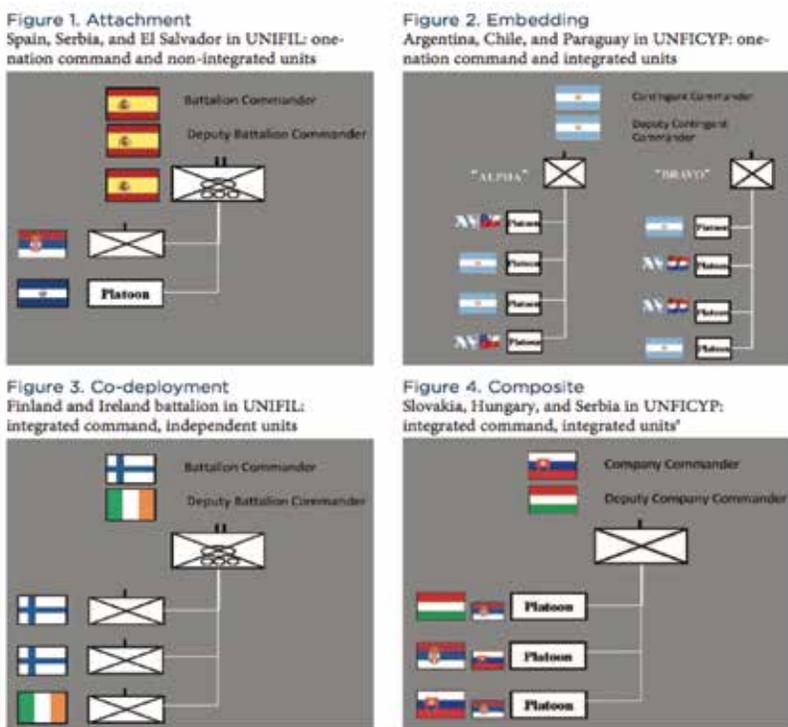


Figura 35 - Modelos de partilha operacional.

Fonte: Daniel, et al. (2015)

Merece ser estudada também a implementação de projetos de I&D de equipamento militar em conjunto. A divisão de custos para atingir os

objetivos se associa ao aumento de demanda gerado por futuras aquisições dos demais países da CPLP, o que pode viabilizar o financiamento da pesquisa por indústrias que produzirão os equipamentos.

Outro ponto explorado no estudo de caso, sobre a experiência brasileira no Haiti, diz respeito ao uso do *softpower* como multiplicador da capacidade de combate, com diversos exemplos lá explorados. Esta característica não é única do soldado brasileiro, é reconhecida como virtude de largo emprego através da empatia e plasticidade do soldado lusófono.

O uso de inteligência operacional é uma das lições aprendidas pelo Brasil no Haiti e é exemplificado também no estudo de caso. Dispor de inteligência operacional para identificar e se antecipar a ações hostis é essencial para evitar baixas em operações.

Olhando em uma perspectiva estratégica, a própria dispersão dos países da CPLP por quatro continentes permite que as informações relativas e determinado evento sejam avaliadas a partir de uma visão regional, trazendo importantes contributos para o entendimento do problema em questão. (Marinho, 2017)

3.3.3. Preparação Orientada para o Risco

Este aspeto do relatório de Cruz traz observações bastante direcionadas e na maior parte das vezes não treinada de forma consistente nos exercícios Felino. Estes aspetos, ressaltados na Figura 36, serão analisados a seguir.



Figura 36 - Preparação Orientada para o Risco.
Fonte: Elaborado a partir dos dados de Cruz, et al. (2017).

Em relação à infraestrutura das bases montadas para atender as forças projetadas, o incremento da logística é fator fundamental para garantir a sustentabilidade dos contingentes. A criação de fóruns específicos para este fim pode ser uma mais-valia para a CPLP, ao estimular o debate e consolidar lições aprendidas em operações como o Haiti, onde se criou uma estrutura quinzenal de apoio às tropas desdobradas, e na República Centro Africana, onde Portugal mantém uma força projetada. Este debate pode incluir planeamentos e acordos prévios de bases avançadas em países da CPLP, em função da localização da missão, nomeadamente Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, no caso de operações em África. Este tipo de cooperação traz vantagens para todos os envolvidos, seja para os países contribuintes de tropa, seja para os hospedeiros, pela redução de custos de transporte, pela possibilidade de pré-posicionamento de suprimentos, pela utilização de recursos locais, pela integração e troca de experiências entre as forças armadas dos envolvidos.

No suporte médico observa-se que os países da CPLP normalmente atuam com suporte básico próprio e se valem de suportes médicos avançados de tropas de outros países. É uma vulnerabilidade. Os fóruns e encontros de saúde militar são uma excelente iniciativa de discussão e promoção da evolução deste quadro e de projeção da CPLP como protagonista em área de extrema relevância para operações de paz e humanitárias. Os diversos países da CPLP encontram problemas de retenção de seus militares de saúde, e a estruturação de centros de excelência em áreas de interesse da ONU podem trazer recursos e oportunidades de envolvimento de diversos atores, além da comunidade médica. Um primeiro passo, já dado, é o projeto brasileiro de criação de um Centro Conjunto de Medicina Operativa das FFAA para treino conjunto e interagências de profissionais de saúde para atendimento pré-hospitalar, com a oferta de participação aos países da CPLP (FSM/CPLP, 2016). Outro é a estruturação de programas de intercâmbio para formação e investigação em saúde militar. O IV Fórum de Saúde Militar de 2017 elencou, de entre outras as áreas de cooperação, a proposta de criação de cursos conduzidos por diferentes países em medicina de catástrofe, medicina tropical, prevenção de epidemias e apoio de saúde em operações (FSM/CPLP, 2017), todas áreas de interesse e projeção estratégica da CPLP. Particularmente na área de doenças tropicais, o Brasil dispõe de dois centros reconhecidos mundialmente pelas pesquisas conduzidas nesta área, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal da Bahia, além de outros centros de

expressão, como a Universidade Federal de Manaus. Trazer estes centros para integrar cooperações mais alargadas da CPLP podem influenciar no aumento do prestígio da organização no cenário internacional.

Cruz (2017) referencia a necessidade de evitar formar batalhões genéricos, com capacidades por vezes desnecessárias na missão específica. A preparação realizada pelas Operações Felino, focada em Problemas Militares Simulados (PMS) e a crescente especialização das tropas dos países da CPLP, auxiliam na tarefa de melhor perceber as necessidades de cada missão e orientar a constituição da tropa.

Cite-se ainda, como boa prática, o OBANGAME, exercício conduzido pelo Comando Africano dos EUA, dedicado ao combate à pirataria e ao terrorismo. Participaram, na edição de 2018, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Portugal e São Tomé e Príncipe (individualmente, mas não como CPLP) (AFRICOM, 2018). Esta é uma atividade específica de treino, direcionado às necessidades de uma missão diferenciada. Ao preparar militares para estes cenários específicos, auxilia os planeadores a melhor definir as necessidades quando do chamamento de uma OI para uma missão de paz ou de ajuda humanitária.

3.3.4. Aumento da Fiabilidade das Tropas Empregadas

A fiabilidade neste modelo assenta-se em duas premissas. Padrões mais rígidos de treino e evitar a impunidade, conforme Figura 37.

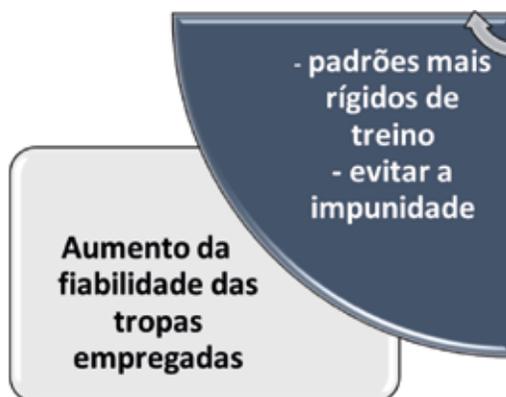


Figura 37 - Aumento da Fiabilidade.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Cruz, et al. (2017).

O Departamento de Operações de Paz (*Department of Peacekeeping Operations* - DPKO) apresenta, em suas lições aprendidas, cenários de exercícios que, de forma geral, necessitam de melhor preparação das tropas que hoje participam de missões. São eles: autodefesa; autodefesa preventiva; proteção de civis; prover condições de segurança para atividades humanitárias; proteção; neutralização de grupos armados; gestão da ordem pública; atuação contra “crianças-soldados” (UN/DPKO, 2017).

Ao comparar estes cenários com os treinos realizados nas Operações Felino, observamos que, desde 2007 a maior parte deles já se encontra incorporada nos seus PMS. A matriz de sincronização dos PMS de 2015, por exemplo, apresenta situações em todos estes ambientes, exceto a atuação contra “crianças-soldados” (FACV, 2016).

A complexidade atual, no entanto, requer esforço coletivo para permitir atingir os padrões desejáveis de prontidão e preparação. Por isso, desde janeiro de 2016 a ONU solicita que os estados-membros emitam uma certificação para os treinos de pré-projeção. O próprio DPKO e o Departamento de Suporte em Campo (*Department of Field Support* - DFS) está a aumentar o tamanho de seus times de campo para dar suporte a estes treinos (UN, 2015, p. 21). Envolver o DPKO nos exercícios Felino pode trazer vantagens significativas ao treino. Este envolvimento pode ser gradual. Numa primeira fase, pode-se solicitar ao DPKO a validação do treino como forma de motivação da tropa que está a participar. Isto é possível ao realizar exercícios que incluam material do *pre-deployment training* – PDT no conjunto do exercício Felino. Os procedimentos para validação não são complexos e possuem um guia simples para sua efetivação (UN/DPKO, 2009).

Numa pesquisa realizada pelo DPKO com 5850 membros de 17 missões de paz distintas em 2008, foi elencado pelos participantes os treinos mais relevantes para o contingente militar que não fazem parte de capacidades militares típicas: comunicação *cross-cultural*, técnicas de resolução de conflitos, técnicas de negociação, o papel da ONU e características do mandato da missão (UN/DPKO, 2008). Destes apontamentos, surge a oportunidade de criar PMS que envolvam estes assuntos, uma vez que ainda não se encontram de forma específica nos planejamentos dos exercícios Felino. O CCOPAB possui módulos de treino específicos para estes assuntos (CCOPAB, 2018a).

Ainda neste aspeto, ressaltem-se as lições aprendidas pelos militares brasileiros, que apontam a necessidade de manter um treinamento especializado

em seu Centro de Capacitação, vocacionado para treinar para o pior cenário, como forma de estar preparado para as situações que se apresentam.

O outro aspeto é evitar a impunidade, o que pode ter vários entendimentos. O enfoque apresentado por Cruz (2017) está relacionado ao trabalho com autoridades locais para evitar a impunidade daqueles que ataquem tropas da ONU. Este assunto deve ser incluído na agenda da CPLP e das lideranças políticas dos estados-membros como ponto para discussão nos fóruns internacionais. No domínio militar, a impunidade tem que ser trabalhada do ponto de vista de regras claras sobre o que legalmente pode e deve ser feito e envolve a definição dos documentos de legitimação da missão como o Mandato, o Acordo do Estatuto da Força (*Status of Force Agreement* - SOFA), o Memorando de Entendimento (*Memorandum of Understanding* – MOU) e as Regras de Empenhamento (*Rules of Engagement* – ROE). As Operações Felino trabalham PMS envolvendo a legalidade do uso da força e a aplicação do direito internacional, que inclui a discussão dos acordos formais para definição da jurisdição penal no caso de ilícitos cometidos (onde o militar será julgado). Este assunto, no entanto, tem crescido em importância nos últimos anos. Cabe, pois, incrementar esta atividade e explorar o conhecimento existente. Portugal e Brasil possuem militares com experiência na área, fruto da participação, em seus contingentes em operações de paz, de assessores jurídicos. Portugal, por sua presença na OTAN possui acesso e experiência em legislação bastante desenvolvida e detalhada na estruturação de ROE¹⁵ e pode trazer contributos a CPLP nesta área. Esta discussão, no entanto, ultrapassa o limite do domínio militar, precisa ser enquadrado pelo domínio político-estratégico, com preparação de pessoal na área diplomática que discutirá os acordos, mandatos e tratados.

3.4. SÍNTESE CONCLUSIVA

A CPLP tem atuado em sua vertente de Defesa na promoção de melhorias e aumento de capacidades operativas, mas ainda há muito a ser feito. Existem diversos estudos sobre as formas de implementar estas melhorias. Os aspetos analisados neste trabalho procuram identificar o que está a ser feito comparado com o que se espera de uma força militar que irá atuar em operações de paz e humanitárias na visão de especialistas. Ressalte-

¹⁵ Nomeadamente, manuais como o MC 362/1 da OTAN, o *NATO Legal Deskbook* (ed 2010), o *ROE Handbook for Judges Advocates* do *Center for Law and Military Operations* (CLAMO)

se ainda que se necessita mais que capacidade militar. A conjuntura mundial exige que este problema tenha um envolvimento das nações (e dos outros campos de poder nacional) para buscar efetiva e atempada da solução.

Os aspetos que merecem destaque do exposto neste capítulo são a evidente evolução da preparação para atuar em Operações de Paz e Humanitárias ao longo da trajetória da CPLP.

Seja na dimensão militar, seja na dimensão político-estratégica, há bons exemplos de contributos no aumento da capacidade militar, da fiabilidade da tropa, na preparação realizada e na postura, tanto em termos de liderança como de pró-atividade e em muitos casos proporcionaram redução de custos para atingir estes objetivos. Estes aspetos foram descritos neste capítulo e serão consolidados no capítulo de conclusão dentro do modelo de análise aqui proposto, buscando apresentar de forma mais visual e objetiva esta evolução.

4. CONCLUSÕES

É essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica do país para preservar a soberania e os interesses nacionais. A soberania nacional requer forças armadas com estatura operacional correspondente à inserção geopolítica da nação, ou seja, que estas tenham condições de atuar de forma a respaldar as decisões e os interesses do Estado. Desta forma devem, além de estar aptas a agir, serem reconhecidas internacionalmente por suas capacidades.

No âmbito das OI, a relevância e o prestígio são fatores de dissuasão. Pertencer a uma organização reconhecida por sua capacidade, determinação e que sinalize coerentemente sua vontade agrega valor aos seus estados-membros e se constitui em fator de segurança para a sua área de influência.

A participação em Operações de Paz é um vetor de projeção e aumento de prestígio das nações. Importante ressaltar que a atuação não se limita apenas a uma atividade militar, possui motivações geoestratégicas concretas para os países da CPLP, onde a eficácia destas participações trará benefícios aos países além da segurança. Correspondem a um instrumento de garantia da estabilidade regional, que não se foca apenas na componente militar e na estrutura de defesa, mas no equilíbrio que permite a paz, pavimentação o desenvolvimento e garante o progresso. A participação em Operações Humanitárias, por sua vez, são respostas de Estado a problemas emergenciais que denotam o comprometimento e a solidariedade entre as nações, o que as torna ainda eficaz instrumento político para aumento da relevância e do prestígio internacional dos países.

Estas operações, no entanto, a cada dia se tornam mais complexas e exigentes. Institutos que se dedicam a estudar o assunto trazem luz a diversos aspectos da dificuldade de atuar em ambientes tão diferentes, com problemas complexos, tropas multiculturais e ainda a necessidade de serem vistos como imparciais e efetivos. Estes desafios, inclusive, mudam ao longo do tempo, motivo pelo qual as missões de paz têm mudado drasticamente. Soluções do passado não necessariamente serão eficazes nas próximas missões. Uma das grandes preocupações atuais reside no aumento da violência dos conflitos, em virtude da possível impotência das tropas de paz de fazer face a estes desafios.

O presente trabalho desenvolveu-se com base nos princípios da investigação aplicada, com o objetivo identificar os contributos que a CPLP tem trazido para a operacionalidade das FFAA de cada estado-membro, seguido do desejável aumento do peso político das nações constituintes da CPLP em seus cenários locais e regionais em relação a participação em operações de paz e humanitárias.

O raciocínio de base neste trabalho privilegiou o processo indutivo, tendo-se adotado uma estratégia predominantemente qualitativa. A recolha de dados foi efetuada recorrendo à entrevista, à observação não-participante e à análise documental. Os dados coletados foram enquadrados em um modelo de análise para responder às perguntas formuladas para direcionar a pesquisa.

Ao fazer uma avaliação dos resultados obtidos, observa-se que a pesquisa se propôs a responder em que medida a CPLP contribui para a capacidade das FFAA de seus estados-membros atuarem em operações de paz e humanitárias. Para responder a esta pergunta, criou-se um modelo de análise baseado nos domínios militar e político-estratégico, em torno das variáveis capacidade, custo e relevância.

Com o desenrolar do trabalho, identificaram-se contributos, mas também lacunas. Lacunas estas que a própria pesquisa permitiu preencher com sugestões a partir de atividades que alguns de seus países-membros já estão a conduzir e outras que se observam no cenário internacional e se mostram viáveis para o futuro dentro das potencialidades e limitações da CPLP.

Para consolidar os contributos e lacunas, optou-se por montar um quadro que integrasse o modelo de análise com um *framework* de melhoria apresentado por estudo conduzido por profissionais com vasta experiência nos problemas encontrados atualmente nas missões de paz, como forma de agregar as duas macroestruturas que serviram de base para este trabalho, conforme representado na Figura 38.

Dimensão Militar ou Político-Estratégica				
Framework		Indicadores		
		capacidade	custo	relevância
Atitude (Mudança de Postura)	Liderança			
	Pró-atividade			
Capacidade Militar	Tecnologia e equipamentos			
	Intlg Operacional			
Confiabilidade	Padrões mais rígidos de treino			
	Evitar impunidade			
Treino (Preparação orientada para o risco)	Infraestrutura das bases			
	Suporte médico			
	Formação focada no problema operacional da missão			

Figura 38 – Consolidação Modelo de Análise e Framework de Melhoria

Desta forma, ao responder às três perguntas derivadas, caracterizou-se o cenário que a CPLP encontra, a aderência das atividades desenvolvidas ao cenário que se apresenta e os contributos que se observa no cenário internacional. Foi, desta forma, possível responder à questão central e dimensionar o caminho já percorrido, além de apontar rotas de futuro.

Ao analisar as atividades e iniciativas da CPLP no âmbito de preparação e treino para participação e operações de paz e humanitárias, identificou-se um caminho percorrido que possui méritos e algumas lacunas que precisam ser preenchidas se a comunidade deseja ter voz ativa nos diversos fóruns internacionais, pois como foi analisado, em termos numéricos a participação é ainda tímida e inconstante, de forma que não pode prescindir de ser relevante e assertiva.

A diversidade e heterogeneidade dos países da CPLP, em que pese se constituir um elemento dificultador do estabelecimento de cooperações multilaterais mostrou-se, ao longo da análise, uma mais-valia, pois acabam por auxiliar a criação de cenários mais abrangentes e complexos, compatíveis com as situações que podem se apresentar às tropas em um mundo em constante mudança.

Nos quadros 09, 10 e 11, elaborados e apresentados nas próximas páginas, foram consolidados os principais tópicos abordados ao longo do trabalho, com os contributos enquadrados dentro do modelo de análise

proposto e de acordo com *framework* de melhoria utilizado como referência.

Foram realçados em cinza os contributos que já se encontram institucionalizados da CPLP, através de cooperações multilaterais e atividades desenvolvidas há vários anos. Em verde, os contributos que alguns membros da CPLP já podem oferecer como mais-valias para implementar de forma mais ampla à comunidade. Em vermelho foram realçadas as propostas de melhorias que se observam em outras FFAA/OI e que podem se configurar como caminhos de evolução.

Existem lacunas não preenchidas, por não se visualizar, neste trabalho, soluções viáveis para a CPLP avançar nestes aspetos no contexto de suas limitações e constrangimentos atuais e de futuro próximo. Interessante analisar, e este foi o principal objetivo de consolidar em um quadro a partir de um código de cores, que salta aos olhos os passos já dados no nível militar, mas o quanto ainda é necessário caminhar na dimensão político-estratégica (Quadro 9).

Quadro 9 - Modelo de Análise - Dimensão Militar 1/2

		Dimensão Militar – 1/2		
Framework		Indicadores		
		capacidade	custo	relevância
Atitude Mudança de Postura	liderança	Reuniões periódicas de MDN, CEMGFA e DPDN dos estados-membros da CPLP	Rotação dos exercícios Felino pelos estados-membros	Experiência de liderança nos altos níveis decisórios de operações em curso
		Exercícios de Posto de Comando - Operações Felino		
		GT-CPTT-CPLP		
Atitude Mudança de Postura	Pró-atividade	Operações de treino regulares (anuais)	Vincular participações individuais em Operações de Paz e Humanitárias à CPLP	Incluir nos exercícios representantes de outros setores da sociedade
				Participar de Exercícios conduzidos por outros OI (PKO, ASF, OBANGAME)
				Vincular participações individuais em Operações de Paz e Humanitárias à CPLP
Capacidade (Capacidade Militar)	Tecnologia e equipamentos	Exercícios de Forças no Terreno - Operações Felino	Rotação das Op Felino pelos estados-membros	Projetos de I&D no âmbito da CPLP
		Cooperação Bilateral	Cooperação Bilateral	
		Projetos de I&D no âmbito da CPLP	Formação de tropas multinacionais (diferentes países em batalhão único)	
	Projetos de I&D no âmbito da CPLP			
Capacidade (Capacidade Militar)	Inteligência operacional	Experiência Haiti - inteligência operacional, operações especiais e operações de informações - multiplicadores do poder de combate		Softpower

Quadro 9 (cont.) - Modelo de Análise - Dimensão Militar 2/2

Dimensão Militar – 2/2				
Framework		Indicadores		
		capacidade	custo	relevância
Fiabilidade	Padrões mais rígidos de treino	Operações Felino já incorporam cenários propostos pelo DPKO para melhor preparação das tropas	Cooperações Técnicas Militares	Certificação DPKO para os treinos
		Integração de atividades CIMIC e com jornalistas	Intenção de criação de Centro de Excelência de Formação de Formadores da CPLP	
		Treino vocacionado para a pior hipótese	Inclusão do CCOPAB no treino	Envolver o DPKO nos exercícios Felino
		Engajar o DPKO nos exercícios Felino		
		Treinos em comunicação cross-cultural, técnicas de resolução de conflitos, técnicas de negociação		
	Inclusão do CCOPAB no treino			
Evitar impunidade	Incremento de atividades e cursos de direito aplicado às operações			
Treino (Preparação orientada para o risco)	Infraestruturas das bases	Implementar fóruns de logística militar	Estudar aproveitamento de bases dos países da CPLP (suporte logístico avançado)	
	Suporte médico	Fóruns e Encontros de Saúde Militar	Criação de cursos e estágios na de medicina militar	Projeto Centro Conjunto de Medicina Operativa das FFAA
	Formação focada ao problema operacional da missão	Treinamentos Operações Felino focados em PMS	Treinamentos Operações Felino focadas em PMS Inclusão do CCOPAB no treino	

Quadro 9 (cont.) - Modelo de Análise - Dimensão Político-Estratégica

Dimensão Político-Estratégica			
Framework		Indicadores	
		capacidade	relevância
Atitude (Mudança de Postura)	Liderança	Formação de atores não militares nos assuntos de Operações de Paz e Humanitárias	Experiência de liderança nos altos níveis decisórios de operações de paz em OI
			Acordos entre OI
	Pró-atividade	Incluir, de forma institucional nos exercícios, representantes de outros setores da sociedade	Projeto de criação do mecanismo de resposta da CPLP a situações de catástrofe
			CPLP apresentar-se como espaço de intermediação em sua área de influência
Capacidade (Capacidade Militar)	Tecnologias e equipamentos	Formação de tropas multinacionais (diferentes países em batalhão único)	Formação de tropas multinacionais (diferentes países em batalhão único)
		Projetos de I&D no âmbito da CPLP	Projetos de I&D no âmbito da CPLP
	Inteligência operacional	Compartilhamento de inteligência operacional regional	Vincular as participações individuais em Operações de Paz e Humanitárias à CPLP
Fiabilidade	Padrões mais rígidos de treino		Uso do software como instrumento de projeção da capacidade militar
	Evitar impunidade	Incrementar preparação de pessoal para definição dos termos de Mandatos, SOFA, MOU e ROE	Software como instrumento de projeção da capacidade militar
Treino (Preparação orientada para o risco)	Infraestrutura das bases	Acordos a nível político de coordenação logística em operações de paz e humanitárias	CPLP trazer à discussão da impunidade contra tropas de operações de paz nos fóruns internacionais
	Suporte médico	Projeto Centro Conjunto de Medicina Operativa das FFAA	
	Formação focada no problema operacional da missão	Integração de atividades CIMIC e com jornalistas	Evolução para se tornar centro de excelência em doenças tropicais
			Formação de atores não militares nos assuntos de Operações de Paz e Humanitárias

Cabe ressaltar que não houve a pretensão de responder a todas as perguntas que nossos estrategistas, políticos e militares trabalham para encontrar soluções ao longo destas mais de duas décadas de existência da CPLP. O grande objetivo foi buscar sistematizar o que tem sido feito e encontrar métricas que pudessem avaliar, com viés científico e não de percepção, o alinhamento dos atos com aquilo que se propõe atingir.

A diversidade geográfica da CPLP, por englobar países de quatro continentes distintos, acaba por se tornar uma limitação para o pesquisador formar uma visão global e realmente fidedigna da percepção, dos interesses e desafios de seus membros. Aprofundar esta visão passa por conhecer as realidades *in loco*, para buscar adaptar e ajustar as recomendações à realidade estratégica de cada um dos membros.

Este autor procurou identificar um caminho para fortalecer o papel da CPLP e de seus estados membros através de boas práticas e lições aprendidas em atividades de preparação para operações de paz e humanitárias. Este caminho passa por atividades já consolidadas, que trouxeram contributos, outras em curso e algumas que se mostram como caminhos viáveis.

Abre-se um campo para futuras pesquisas na mensuração do contributo que estas atividades trazem à CPLP, nos mecanismos para incentivar o envolvimento de mais setores da sociedade na vertente defesa, bem como na procura por novas atividades e complementação dos espaços em branco dos quadros, onde esta pesquisa não chegou a respostas satisfatórias.

Reunir todas as informações de meses de pesquisa em um quadro com código de cores simples buscou atender ao grande desafio de tornar visual e intuitiva a situação atual da comunidade no que tange à sua preparação para atuar em operações de paz e ajuda humanitária, perceber e valorizar o caminho percorrido, reconhecer os avanços, mas também compreender que é necessário evoluir, particularmente envolvendo outros atores, além dos militares, na construção de uma CPLP relevante e reconhecida por sua atuação em defesa da paz e da harmonia entre as nações.

A compreensão de que o instrumento militar é, antes de tudo, um instrumento do poder nacional, e tem capacidade de alavancar não apenas a dissuasão, mas o prestígio, o progresso e o desenvolvimento é a mensagem que surge ao final do trabalho.



BIBLIOGRAFIA

- AFRICOM. (2018). *United States Africa Command*. [Página online] Retirado de <http://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>.
- Além-Mar. (2011). [Página online]. Retirado de http://alem-mar.org/cgi-bin/bo/id=EFEuAZFpAVIQKsQLce&style=países&tmpl=conteudos_full
- Alves, A.. (2014). *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. 1a Edição ed. s.l.:Leya.
- Amador, P. B.. (2017). *Evolução da Componente de Defesa - Palestra.*, XV Seminário Internacional Político Estratégico do CAE/CPLP. Lisboa, 10 out. 2017.
- Angola, 1993. *Lei nr 2/93 26 Mar - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Luanda: Diário da República de Angola.
- AR, 2005. *Constituição da República portuguesa (VII revisão)*. Lisboa: Assembleia da República.
- AR. (2014). *Lei da Defesa Nacional. Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto*. Alterou a Lei Orgânica n.º 1-B/2009: Lisboa: Assembleia da República
- Armed Conflict Location & Event Data Project. (2017). *ACLED*. [Página online]. Retirado de <https://www.acleddata.com/visuals/maps/dynamic-maps/>.
- Barrento, A. E. Q. M., 2006. As Forças Armadas como Instrumento da Acção do Estado. *Revista Militar*, Dez, pp. 1325-1333.
- Bernardino, L. M. B.. (2013). *A posição de Angola na arquitectura de paz e segurança africana*. Coimbra: Edições Almedina.
- Bondoso, A.. (2013). *Lusofonia e CPLP - Desafios na Globalização*. 1a edição ed. Porto: Edições Esgotadas.

- Boniface, P. & Vedrine, H., 2016. *Atlas des Crises et des Conflits*. Malakoff: Armand Colin.
- Branco, C. M.. (2009). A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios. *E-Cadernos Ces*, Volume 6, pp. 86-116.
- BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília(DF): Diário Oficial.
- Brasil, (2012). *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.
- BRASIL, (2015). *Instruções para emprego das forças armadas em apoio à defesa civil 2015*. Brasília: Ministério da Defesa.
- Bryman, A., (2012). *Social research methods*. 4a Edição ed. New York: Oxford University Press.
- C Dout Ex. (2014). *Operações de Ajuda Humanitária*. Brasília: Estado Maior do Exército Brasileiro.
- Cabo Verde, 2011. *Res nr 5/2011 - Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional*. s.l.:Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde.
- CAE CPLP, (2015). *Identidade da CPLP no domínio da defesa*, São Tomé e Príncipe: s.n.
- CCOPAB, 2018a. *Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil*. [Página online]. Retirado de <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/cursos-e-estagios>.
- CCOPAB, 2018b. *Lições Aprendidas Exercício Felino 2017*, Rio de Janeiro: CCOPAB.
- CEEAC. (2017). *Comunidade Económica dos Países da África Central*. [Página online] Retirado de <http://www.ceeac-eccas.org/index.php/fr/>.
- CIA, 2018. *The World Factbook*. [Página online]. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>.
- Collaço, G. M.. (2009). *Albergue Português*. [Página online]. Retirado de <http://albergueportugues.blogspot.pt/2009/05/posicao-estrategica-de-cabo-verde.html>.
- Correia, P. P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia - Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*. 2a Edição ed. Coimbra: Edições Almedina SA.
- Costa, W. M. d.. (2009). A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L'Espace Politique*, Volume 7.
- COTER. (2017a). *Brasil no Haiti - um caso de sucesso - 2004-2017*. Brasília: COTER - 3a Subchefia - Divisão de Missão de Paz.
- COTER. (2017b). *Divisão de Missão de Paz*. [Página online]. Retirado de <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/missao-individual-divmispaz>.

- CPLP, (1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: s.n.
- CPLP, (2000). *Acordo de Cooperação União Latina e CPLP*. Paris: s.n.
- CPLP, (2006). *Protocolo Cooperação CPLP Domínio Defesa*. Cidade da Praia: s.n.
- CPLP, (2007). *Memorandum de Entendimento CPLP - UE*. Lisboa: s.n.
- CPLP, (2014). *Estratégia a Médio Prazo da CE-CPLP 2015-2020*. Lisboa: CE-CPLP.
- CPLP, (2015). *Identidade da CPLP no Domínio da Defesa*. São Tomé: CAE-CPLP.
- CPLP, (2017a). *19a Reunião de Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas*, Lisboa: CPLP.
- CPLP, (2017b). *Colégio de Defesa da CPLP - Termo de Referência*. s.l.:CPLP.
- Cruz, C. A. d. S., Philips, W. R. & Cusimano, S., (2017). *Improving Security of United Nations Peacekeepers: We need to change the way we are doing business*, s.l.: The Improving Security Peacekeeping Project.
- Daniel, D. C. F., Williams, P. D. & Smith, A. C.. (2015). Deploying Combined Teams: Lessons Learned from Operational Partnerships in UN Peacekeeping. *Providing for Peacekeeping*, 08, Volume 12.
- Djidjéré, D.. (2012). Democracia e Cadeia de Comando: Uma Nova Governação no Sector da Segurança em África. *Centro de Estudos Estratégicos em África*, 11, Volume 08, pp. 1-7.
- EB. (2014a). *EB20-MF-10.102 - Doutrina Militar Terrestre*. Brasília: Exército Brasileiro.
- EB. (2014b). *Nota de Coordenação Doutrinária - Operações de Ajuda Humanitária*, Brasília: Exército Brasileiro.
- ECDPM, (2012). *Glass Half Full: Study on EU Lessons Learnt in Mediation and Dialogue*, Maastricht: European Centre for Development Policy Management.
- ECOWAS. (2017). *Economic Community of West African Countries*. [Página online]. Retirado de <http://www.ecowas.int>.
- EMCFA. (2014). *Emprego das Forças Armadas na Defesa Civil*. Brasília: EMCFA.
- EMGFA Portugal, (2015). *Especificações do Exercício Felino 2015*. Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas.
- EMGFA. (2017). *Estado Maior General das Forças Armadas*. [Página online]. Retirado de <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/estrangeiro/otan-ue-onu>.
- Exército Brasileiro. (2018). *COTER*. [Página online]. Retirado de <http://www.coter.eb.mil.br>.

- FAA. (2010). *Planejamento do Exercício Felino 10*. s.l.:Forças Armadas de Angola.
- FACV. (2005). *Apresentação Exercício Felino 2005*. Cidade da Praia: Forças Armadas de Cabo Verde.
- FACV. (2016). *Matriz de Sincronização Felino 2016*, Cabo Verde: Forças Armadas de Cabo Verde.
- FAM. (2009). *Especificações de Exercício Felino 09*, Maputo: Forças Armadas de Moçambique.
- FARP. (2015). Esquecer o Passado. *O Defensor*, Issue 22, p. 16.
- FASTP. 2007. *Cenário Felino 2007*. Cidade da Praia: Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.
- Fernandes, L. L., (2015). Em torno do papel das organizações multilaterais: a propósito do contributo de Paul Reuter. *Janus Anuário*, pp. 106-107.
- FFE. (2013). *Plano do Exercício (PLANEX) Felino 2013*. Rio de Janeiro: Força de Fuzileiros da Esquadra da Marinha do Brasil.
- FFP. (2017). *Fund For Peace*. [Página online]. Retirado de <http://fundforpeace.org>.
- Flot, D.. (2017). *European Security and Defense - The Basics*. Paris: European Union Institute For Security Studies.
- FMI. (2017). *FMI Data Mapper*. [Página online]. Retirado de <http://www.imf.org/external/datamapper/>.
- Forman, J. M. & Welch, C., 1998. *Civil-Military Relations : Usaid ' S Role*, Washington: USAID.
- FSM/CPLP. (2016). *Relatório do III Fórum de Saúde Militar da CPLP*, Lisboa: CPLP.
- FSM/CPLP. (2017). *Relatório do IV Fórum de Saúde Militar da CPLP*, Lisboa: CPLP.
- Gabriel, B.. (2013). As novas Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. *Janus. Net e-journal of International Relations*, pp. 98-99.
- Gabriel, B.. (2013)a. São Tomé e Príncipe e as Forças Armadas: da independência à actualidade. *Janus.Net e-journal of International Relations*, pp. 96-97.
- GBissau.com. (2018). *GBissau.com*. [Página online]. Retirado de <http://www.gbissau.com>.
- Global Security. (2012). *Global Security.org*. [Página online]. Retirado de <https://www.globalsecurity.org/military/world/int/missang-gb.htm>.
- Guani, A. & Lockhart, C.. (2009). *Fixing Failed States*. 2a Edição ed. New York: Oxford University Press.
- Hamann, E.P..(2016). O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz: a consolidação de um novo perfil?. *Cadernos de Adenauer*, Volume 4, pp. 95-110.

- Harland, D. (2015), Trecho de Entrevista cit. por COTER, 2017b
- Harris, A. H. B.. (2016). *Address to the Lowy Institute for International Policy*. Sydney: s.n.
- Hofstede Insights. (2018). *Compare Countries*. [Página online]. Retirado de <https://www.hofstede-insights.com/product/compare-countries/>.
- IESM, (2015a). *Trabalhos de Investigação (NEP / ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- IESM, (2015b). *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- IISS. (2018). *The Military Balance*, Londres: International Institute for Strategic Studies.
- INE, (2015). *CPLP em Números 2015*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- ISS. (2017). *African Futures: Horizon 2025*, Paris: ISS.
- IUM. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Caderno N.º 8*. Lisboa: IESM.
- Kardan, A., Bailey, S., Solorzano, A. & Fidalgo, L.. (2016). *Investigação de Sistemas de Proteção Social de Resposta a Impactos - Estudo de caso - Moçambique*, Oxford: s.n.
- Laidi, Z.. (2017). *Towards a Post-Hegemonic World: The Multipolar Threat to the Multilateral Order*, Paris: Centre d'Etudes Européennes.
- Lusa. (2018). Um capacete azul morto e 11 feridos na Rep Centro-Africana. *O Observador*, Seção Mundo [Página online]. Retirado de <https://observador.pt/2018/04/03/um-capacete-azul-morto-e-11-feridos-na-republica-centro-africana/>.
- Lusotopia. (2017). *Lusotopia*. [Página online]. Retirado de <http://www.filorbis.pt/lusotopia/indexCPLP.html>.
- Marchueta, M. R. & Fontes, J.. (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Fundamentos Político-Diplomáticos*. 1a Edição ed. s.l.:Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.
- Marinho, C. W.. (2017). *Os Exercícios da Série Felino* [Entrevista] (11 12 2017).
- MDN. (2017). *Reforço da participação da FFAA no apoio à proteção civil*. Despacho do Ministro da Defesa de 31 de outubro: MDN.
- Miyamoto, S.. (2009). O Brasil e a comunidade dos países de língua Portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 52(2), pp. 22-42.
- Moçambique, 1997. *Lei n.º 17/97*. Maputo: Assembleia da República de Moçambique.
- Mourão, G.M.. (2018). A Cooperação Militar no seio da CPLP. [Entrevista]. Lisboa (30 de janeiro de 2018).

- Mullenbach, M. J.. (2013). Third-Party Peacekeeping in Intrastate Disutes, 1946-2012: A New Data Set. *The Midsouth Political Science Review*, Dezembro, Volume 14, pp. 103-133.
- Nogueira, J. M. F. (2005). *Pensar a Segurança e Defesa*. 1a Edição ed. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- ONU. (2000). *Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects*, s.l.: s.n.
- Osborne, M. E.. (2013). *Southeast Asia: An Introductory History*. s.l.:Allen & Unwin.
- OTAN, (2015). *Framework for Future Alliance Operations*, s.l.: s.n.
- Paterson, P. & Flynn, R.. (2013). Borders Disputes in Latin America. *Regional Insights*, 09, Issue 2, p. 8.
- Pigozzo, H. & Horing, J. d. S., (2015). Atores Militares Não Estatais no Saara-Sahel. *UFRGS Model United Nations*, Volume 3, pp. 199-237.
- Pinto, M. d. C.. (2005). Tendências nos Conflitos de Fraca Intensidade. *Nação e Defesa*, Volume 112, pp. 17-32.
- Portugal. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Governo de Portugal.
- PSOD. (2016). *The Peace Support Operations Division*. Addis Ababa.:African Union Commission.
- Quivy, R., e Campenhoudt, L.V.. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 6ª edição ed. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Rainho, P.. (2018). Militares portugueses atacados na República Centro Africana. *O Observador*, Seção Mundo (01-04-2018).
- RDTL. (2010). *Lei do Parlamento 3-2010 - Lei de Defesa Nacional*. Dili: Jornal da República Democrática de Timor Leste.
- RELEX EU. (2008). *From Early Warning to Early Action? The Debate on the Enhancement of the EU's Crisis Response Capability Continues*, Brussels: European Commission External Relations Directorate-General.
- Rengger, N. & Campbel, J.. 1995. *Treaties and Alliances of hte World*. 6a Edição ed. London: Cartermill International Limited.
- Ribeiro, H.. (2008). *Dicionário de Termos e Citações de interesse Político e Estratégico*. Contributo. Lisboa: Gravida.
- RMDN/CPLP. (2008). *Reunião de Ministros da Defesa Nacional*, Dili: CPLP.
- RMDN/CPLP. (2009). *X Reuniao de Ministros de Defesa Nacional da CPLP*, Luanda: CPLP.
- Ruiz, I.. (2013). *Approaching to the East*. [Página online]. Retirado de <http://approachingtotheeast.blogspot.tw>.

- SADC. (2004). *Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation*. s.l.:Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
- Sampaio, L. d. A.. (2018). *Portugal no Contexto da Estratégia Marítima da Aliança*. Lisboa: s.n.
- Santa Bárbara, M.J. (2015). *Projeção do Poder com softpower: a convergência entre a atuação do Exército Brasileiro e a Política Externa do Brasil para a África (2003-2015)*. 254p.: Dissertação Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Rio de Janeiro: UFF
- Silva, D. D. d.. (2015). *O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa - Dos Documentos Políticos às Elaboraões Estratégicas.*: - Tese de Doutorado em História Comparada. Rio de Janeiro: UFRJ
- SIPRI, (2015). *The Future Peace Operations Landscape*, Stockholm: SIPRI.
- Teixeira, A. R.. (2013). A Segurança Sub-Regional Africana: o caso de Cabo Verde. *Janus.Net e-journal of International Relations*, pp. 94-95.
- Sterian, M. G.. (2013). The Role of International Organizations in the Global Economic Governance - Assessment. *Romanian Economic Business Review*, dezembro, pp. 308-316.
- Thakur, R.. (2006). *The United Nations, Peace and Security - From Collective Security to the Responsibility to Protect*. 1a Edição ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- The World Bank. (2017). *World Development Indicators: Military expenditures and arms transfers*. [Página online]. Retirado de <http://wdi.worldbank.org/table/5.7#> [Acedido em 17 12 2017].
- UN Peacekeeping. (2017). *United Nations Peacekeeping*. [Página online]. Retirado de http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/global_contribution.shtml [Acedido em 15 09 2017].
- UN/DPKO. (2008). *Report on the Strategic Peacekeeping Training Needs Assessment*, New York: United Nations.
- UN/DPKO. (2009). *Standard Operating Procedure - Training Recognition*. New York: DFS/DPKP.
- UN/DPKO. (2014). *Design, Delivery and Evaluation of Training*. New York: UN/DPKO/DFS.
- UN/DPKO. (2017). *Use of Force by Military Components in UN Peacekeeping Operations*. s.l.:UN/DPKO.
- UN, (2015). *The Future of United Nations Peace Operations: implementation of the recommendations of the High-Level Independent Panel on Peace Operations*, s.l.: United Nations.

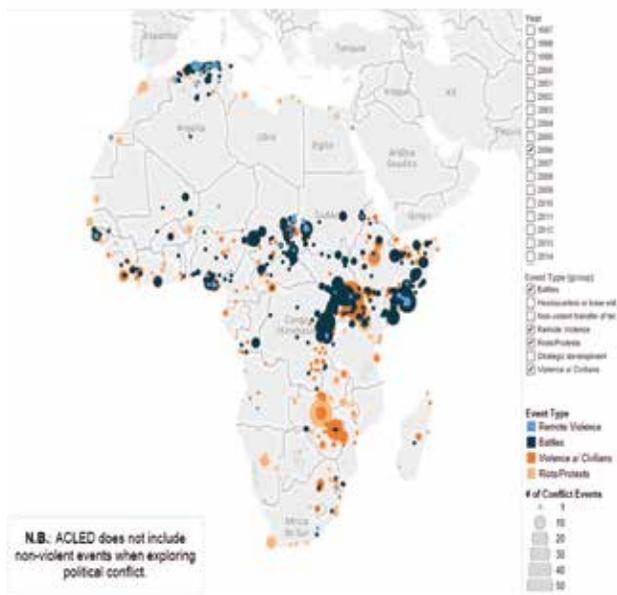
- UN. (2017). *Cooperation Between UN and CPLP*. New York: United Nations.
- UNASUL. (2008). *Decisão para Estabelecimento do Conselho de Defesa Sulamericano*. Salvador: União das Nações Sulamericanas.
- UNBrasil, (2015). *United Nations Brasil - Apoio a Desabrigados em Moçambique*. [Página online]. Retirado de <https://nacoesunidas.org/mocambique-30-milhoes-de-dolares-sao-necessarios-para-ajudar-vitimas-de-enchentes-diz-onu/>.
- UNDP. (2016). *Human Development Reports*. s.l.:United Nations Development Programme.
- UNEP. (2010). *Afrique - Atlas de l'Eau*. Nairobi: Division of Early Warning and Assessment (DEWA).
- UNHCR. (2017). *Mozambique Refugee Situation*, Genebra: United Nations High Commission for Refugee.
- União Africana. (2017). *AMISOM - African Union Mission In Somalia | Peacekeeping Mission | Somalia*. [Página online]. Retirado de <http://amisom-au.org/>.
- UNNC. (2017). *United Nations News Centre - Peacekeeping Missions*. [Página online]. Retirado de http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=52912#.WfraeNvBL_S.
- UNOAU, (2015). *Exercise Amani Africa II*. Lohatla: United Nations Office to the African Union.
- UNSC. (2004). *Resolution 1542 (2004)*. New York: Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- US Army. (2011). *US Army*. [Página online]. Retirado de https://www.army.mil/article/55982/us_army_south_and_peacekeeping_operations_americas [Acedido em 04 janeiro 2018].
- WFP. (2017). *WFP Angola Situation Report*, New York: UN-World Food Programme.
- WHO. (2018). *Weekly Bulletin on Outbreaks and Other Emergencies*, Brazzaville: World Health Organization.
- Wight, M.. (2002). *A Política do Poder*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Yabi, G. O.. (2016). *I Conferenza Ministeriale Peace and Security in Africa*, Roma: s.n.

ANEXOS

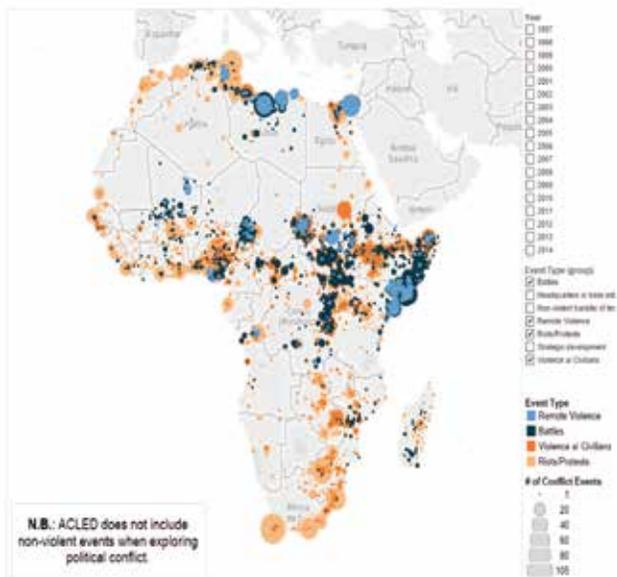
Anexo – Conflitos em África - Evolução 1997-2006-2016.
Fonte: (Armed Conflict Location & Event Data Project, 2017).



2006



2016





APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A

An	Anexo
AFISMA	<i>Africa led International Support Mission in Mali</i>
AFRICOM	<i>United States Africa Command</i>
AMIB	<i>African Union Mission in Burundi</i>
AMIS	<i>African Union in Sudan</i>
AMISEC	<i>African Union Mission for Support to the Elections in the Comoros</i>
AMISON	<i>African Union Mission in Somalia</i>
Apd	Apêndice
ASF	<i>African Standby Force</i>

B

BRABAT	<i>Brazilian Battalion</i>
--------	----------------------------

C

CAE	Centro de Análise Estratégica
C2	Comando e Controle
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CDEAO	Comunidade Econômica dos Estados de África Austral
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CIMIC	Civil Military Co-Operation – Cooperação Civil Militar
COTER	Comando de Operações Terrestres (Brasil)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Conselho de Segurança da ONU
CSDP	<i>Common Security and Defense Policy da União Europeia</i>

D

DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DFS	<i>Department of Field Support</i>
DPDN	Diretor de Política de Defesa Nacional
DPKO	Departamento de Operações de Paz da ONU

E

EB	Exército Brasileiro
ECPF	<i>ECOWAS Conflict Prevention Framework</i>
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados de África Ocidental
EMCFA	Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (Brasil)
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EOP	Estágio de Operações de Paz
ESPEXE	Especificações de Exercício
EUA	Estados Unidos da América

F

FAA	Forças Armadas de Angola
FACV	Forças Armadas de Cabo Verde
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FAST	Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
FFAA	Forças Armadas
FFE	Força de Fuzileiros da Esquadra (Brasil)

FFP	<i>Fund For Peace</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOMUC	<i>Force Multinationale en Centre Afrique</i>
FT	Força Tarefa
FTTC	Força Tarefa Conjunta e Combinada
FSM	Fórum de Saúde Militar

G

GT-CPTT-CPLP	Grupo de Trabalho Conceitos, Procedimentos Operacionais, Táticas e Técnicas da CPLP
GptOpFuzNav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

I

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IUM	Instituto Universitário Militar
I&D	Investigação e Desenvolvimento

L

LDN	Lei da Defesa Nacional
-----	------------------------

M

MARAC	<i>Mécanisme d'Alert Rapide em Afrique Centrale</i>
MD	Ministério da Defesa
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNJTF	<i>Multinational Joint Task Force against Boko Haram</i>
MINUSCA	<i>Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic</i>
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MISCA	<i>Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine</i>
MISSANG	Missão de Angola em Guiné-Bissau
MONUSCO	<i>Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo</i>
MOU	<i>Memorandum of Understanding</i>

N

NEP	Normas de Execução Permanente
NN/CAE	Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégica

O

OE	Objetivo Específico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OG	Objetivo Geral
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PDT	<i>Pre-Deployment Training</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PMS	Problemas Militares Simulados
PND	Política Nacional de Defesa
PKO	<i>A – Peacekeeping Operations - Americas - Exercício de Posto de Comando de Operação de Manutenção da Paz - Américas</i>
PSOD	Peace Support Operations Division

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

R

RCA	República Centro Africana
RCI-LRA	<i>Regional Coordination Initiative against the Lor Resistance Army</i>
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RDC	<i>Rapid Deployment Capability</i>
RDTL	República Democrática do Timor Leste
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
ROE	<i>Rules of Engagement</i>

S

SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral <i>(Southern African Development Community)</i>
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SOFA	<i>Status of Force Agreement</i>

T

TII	Trabalho de Investigação Individual
-----	-------------------------------------

U

UA	União Africana
UE	União Europeia
UNAMID	<i>United Nations/African Union Hybrid Mission in Dafur</i>
UNASUL	União de Nações Sulamericanas
UNIFIL	<i>UN Interim Force in Libano</i>
UNMOGIP	<i>UN Military Group Observer in India and Pakistan</i>
UNTSO	<i>UN Truce Supervision Organization</i>

W

WFP	<i>World Food Programme</i>
-----	-----------------------------

Z

ZTC	Zona de Tensões e Conflito
-----	----------------------------

APÊNDICE B – CONSOLIDAÇÃO DE ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas no período de outubro 2017 a janeiro de 2018 ao Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP e aos representantes dos núcleos nacionais (NN) do CAE de cada um dos países integrantes, sob o enfoque da cooperação técnico militar na CPLP, conduzida pelo Coronel Cláudio Alexandre de Almeida Freitas no âmbito de seu trabalho de investigação individual para o Instituto Universitário Militar, por meio de questionários enviados por e-mail.

Dos nove países integrantes da CPLP, 5 responderam, além do CAE. Foi incluída ainda a entrevista com o professor doutor Pedro Seabra, investigador de pós-doutoramento em relações internacionais do Instituto Universitário de Lisboa

O excerto das respostas foi consolidado, para fins deste trabalho, em um quadro para garantir a fidedignidade e privacidade dos respondentes, uma vez que foi colhida para trabalho de pesquisa com grande similaridade de propósitos a este trabalho, quais sejam o contributo e a relevância dos instrumentos de cooperação multilaterais da CPLP, as ameaças e desafios encontrados pela organização no presente e no futuro. Esta consolidação foi feita com o conhecimento do investigador.

Entrevistados:

Entidade	Cargo	Nome
Centro de Análise Estratégica	Diretor	Tenente General Luís Diogo de Carvalho
Núcleo Nacional CAE Brasil	Representante NN	Coronel Aviador Marcos Antônio Ribeiro
Núcleo Nacional CAE Moçambique	Representante NN e Docente de História Militar	CMG Marcos João Magagula
Núcleo Nacional CAE Portugal	Representante NN	Majos Bretes Amador
Núcleo Nacional CAE São Tomé e Príncipe	Representante NN e Adjunto da Direção dos Estudos de Planeamento e Formação Representante	Capitão Riquito Espírito Santo Quaresma
Núcleo Nacional CAE Timor Leste	Representante NN e Diretor Nacional de Planeamento e Política Internacional do Ministério da Defesa e Segurança	Martinho Maia Gonçalves
	Especialista – Investigador de Pós-Doutoramento em Relações Internacionais	Pedro Seabra

QUESTÕES

1 – Impressão em relação à Cooperação Multilateral Existente

Inexistente	Suficiente	Insuficiente	Possível
1	3	2	1

2 - Vantagens da Cooperação Multilateral

Partilhar informações	Partilhar custos	Evita sobreposição de esforços	Criar canais de comunicação previsíveis e regulares
3	4	2	3

3 - Desvantagens da Cooperação Multilateral

Complexidade	Necessidade de gerenciar interesses que colidem	Acusações de tentativas de colonialismo	Não vê desvantagens
4	3	2	1

4 - Ameaças que se apresentam a CPLP

Terrorismo	Migrações	Ciberataques	Crime Organizado Internacional
5	5	4	6
Situação política de alguns dos estados-membros da CPLP (nomeadamente Guiné-Bissau e Moçambique)	Desvalorização da Língua Portuguesa (e consequente ocupação do espaço lusófono por outras potências)	Falta de liderança forte na organização por parte dos países com maior capacidade	Extravasamento das tensões em países limítrofes aos Estados-Membros (RCA e Congo)
3	3	2	4

5 - Desafios que se apresentam a CPLP

Acompanhamento a Tecnologia	Resposta atempada aos problemas que sugerem	Distância geográfica	Evolução do CAE
3	4	5	2

6 - Propostas de novos tipos de cooperação multilateral

Aprofundar cooperação no ensino	Ligação direta de Academias Militares e Universidades	Implantar a Resolução 1325 da ONU (Mulheres, Paz e Segurança)	Força Militar Conjunta Permanente
4	5	1	2